

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

JOSE HIPOLITO CORREIA FILHO
ELTON FERREIRA DA SILVA

FATORES DETERMINANTES DA VIOLENCIA
POLICIAL MILITAR NA CIDADE DE GOIÂNIA - GO

GOIÂNIA — 2000

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR

**FATORES DETERMINANTES DA VIOLÊNCIA
POLICIAL MILITAR NA CIDADE DE GOIÂNIA-GO**

CAP PMGO JOSÉ HIPÓLITO CORREIA FILHO
CAP PMGO ELTON FERREIRA DA SILVA

ORIENTADOR DE CONTEÚDO: TEN CEL PM CARLOS VIEIRA DE BRITO
ORIENTADORA METODOLÓGICA: PROF^a. NANCY RIBEIRO DE ARAÚJO E SILVA

Trabalho técnico-científico apresentado à
Academia de Polícia Militar do Estado de
Goiás, como pré-requisito para
complementação do currículo do Curso de
Aperfeiçoamento de Oficiais.

GOIÂNIA - 2000

BANCA EXAMINADORA

ARPOVADO EM _____ / _____ / _____

PRESIDENTE

MEMBRO

MEMBRO

FOLHA DE APROVAÇÃO

FATORES DETERMINANTES DA VIOLÊNCIA POLICIAL MILITAR NA CIDADE DE GOIÂNIA-GO

1- ORIENTADORA METODOLÓGICA

1ª Sessão (assunto (s) orientado (s))

Elaboração e correção do projeto de pesquisa

Data 27/04/2000 Ass _____

2ª Sessão (assunto (s) orientado (s)):

Estrutura do Trabalho Técnico Científico e da Introdução.

Data 11/05/2000 Ass _____

3ª Sessão (assunto (s) orientado (s)):

Análise dos dados levantados na pesquisa.

Data 08/06/2000 Ass _____

4ª Sessão (assunto (s) orientado (s)):

Revisão parcial do desenvolvimento e correção textual.

Data: 14/07/2000 Ass _____

5ª Sessão (assunto (s) orientado (s)):

Montagem estrutural do trabalho e orientação a respeito do 4º Capítulo.

Data: 27/07/2000 Ass _____

6ª Sessão (assunto (s) orientado (s)):

Revisão metodológica e análise da introdução, desenvolvimento e conclusão.

Data: 03/08/2000 Ass _____

Parecer final da Orientadora Metodológica

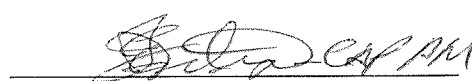
O presente trabalho técnico-científico, foi elaborado de acordo com a normalização científica, em relação à sua estruturação e elaboração em geral, apresenta-se em condição de ser encaminhada para apreciação da Banca Examinadora.

Data: 08/08/2000 Ass _____

Nanci Ribeiro de Araújo e Silva

Orientandos:


José Hipólito Correia Filho – CAP PM


Elton Ferreira da Silva – CAP PM

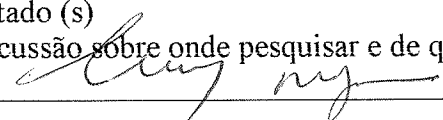
FOLHA DE APROVAÇÃO

FATORES DETERMINANTES DA VIOLÊNCIA POLICIAL MILITAR NA CIDADE DE GOIÂNIA-GO

2- ORIENTADOR DE CONTEÚDO

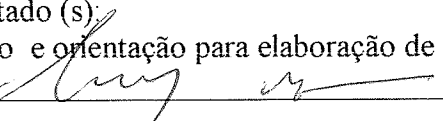
1ª Sessão (assunto (s) orientado (s))

Apresentação do tema e discussão sobre onde pesquisar e de que forma fazê-lo.

Data 04/05/2000 Ass 

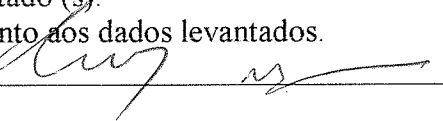
2ª Sessão (assunto (s) orientado (s))

Apresentação do 1º Capítulo e orientação para elaboração de questionários.

Data 23/05/2000 Ass 

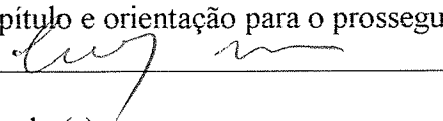
3ª Sessão (assunto (s) orientado (s))

Análise e interpretação quanto aos dados levantados.

Data 05/06/2000 Ass 

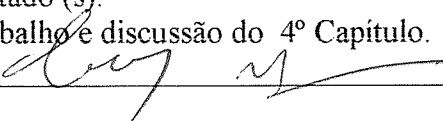
4ª Sessão (assunto (s) orientado (s))

Revisão geral do 2º e 3º Capítulo e orientação para o prosseguimento da pesquisa.

Data: 20/06/2000 Ass 

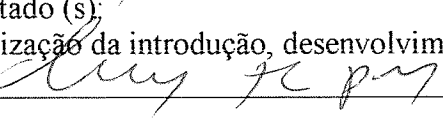
5ª Sessão (assunto (s) orientado (s))

Montagem estrutural do trabalho e discussão do 4º Capítulo.

Data: 06/07/2000 Ass 

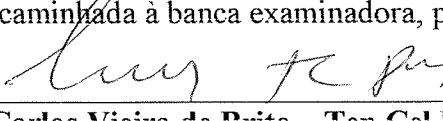
6ª Sessão (assunto (s) orientado (s))

Revisão geral e compatibilização da introdução, desenvolvimento e conclusão.

Data: 03/08/2000 Ass 

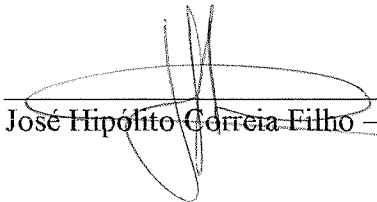
Parecer final do Orientador de Conteúdo

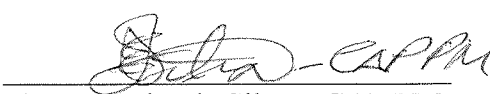
O presente trabalho técnico-científico, obedeceu a normalização prevista para a elaboração, podendo ser encaminhada à banca examinadora, para a apreciação.

Data: 07/08/2000 Ass 

Carlos Vieira de Brito – Ten Cel PM

Orientandos:


José Hipólito Correia Filho – CAP PM


Elton Ferreira da Silva – CAP PM

DEDICATÓRIA

*À Elionice, Aline e Mateus,
esposa e filhos, dos quais não faltou apoio
para conclusão desta jornada.*

Cap PM Hipólito

*À minha querida esposa, Divina
Meire do Nascimento e ao meu estimado
pai, Antônio Lázaro da Silva, que
souberam compreender e valorizar mais
esta jornada. A minha maior gratidão e
verdadeiro amor.*

Cap PM Elton

AGRADECIMENTOS

Àquele que ilumina nosso caminho com coragem e retidão, DEUS.

Ao Sr. Ten Cel PM Brito, pela sábia e dedicada orientação.

À Profª Nancy, pela precisa orientação no desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de Curso, pela presença constante, amizade e convivência. Juntos conseguimos conquistar os nossos objetivos.

E a todos aqueles que, de um modo e de outro, nos auxiliaram nesta pesquisa.

“Seis cousas o Senhor aborrece, e a sétima a sua alma abomina: olhos altivos, língua mentirosa, mãos que derramam sangue inocente, coração que trama projetos iníquos, pés que se apressam a correr para o mal, testemunha falsa que profere mentiras, e o que semeia contendas entre irmãos”.

PROVÉRBIOS, C.06, v. 16 – 19

RESUMO

O presente trabalho versa sobre os fatores determinantes da *violência policial militar na cidade de Goiânia* e sua importância está na possibilidade de contribuir ao final, com redução da violência na Corporação. O texto é substanciado na função do Estado como responsável pela preservação da ordem pública, que o faz através da Polícia Militar, respaldada na *Constituição Federal*. Como parte formal no mecanismo de controle social e com o maior contato com a população, o relacionamento se torna às vezes resistente de ambas as partes. Neste contexto, trazemos para o bojo do trabalho a evolução da violência na sociedade como um todo e destacamos a *violência na Polícia Militar por ocasião da prestação de serviço ou mesmo nos horários de folga*, demonstrada em exemplos, gráficos e tabelas, trabalhados após aplicação de questionários no público externo e interno. Não há dúvida de que traz inquietação o fato de a Polícia Militar, como instituição preservadora da ordem pública, por conseguinte de materializar o poder de polícia na luta específica de impedir a ação criminosa contra a sociedade, contrariar e confundir-se na criminalidade. A violência policial militar no contexto atual tem seus fatores determinantes em causas psicológicas, sociológicas, sociais, econômicas, administrativas e outras de fácil identificação. Entretanto, à medida em que entram em consideração os fatores intervenientes, circunstâncias ou fatos que se relacionam e influem sobre as causas, abrindo complexidade, cujos efeitos são mais variados, intensos e imprevisíveis. O comportamento violento é deplorável, quer praticado pelo delinquente, quer originário do policial militar. É um vírus que deve ser combatido ordenadamente com ações político-administrativas, voltadas para a minimização dos fatores determinantes da violência policial militar em Goiânia. São apresentadas sugestões para redução do índice de violência policial militar, no intuito de que a Corporação tenha da sociedade o respeito e o reconhecimento merecido.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
1- O Estado.....	15
1.1 A função do Estado.....	15
1.2 O poder e a autoridade.....	17
1.3 A Ordem e a Segurança Pública.....	17
1.4 O poder de polícia e a Polícia.....	19
1.5 A justiça militar estadual.....	20
1.6 A polícia judiciária militar estadual.....	21
2- A Polícia Militar.....	22
2.1 Missão e atribuição.....	22
3- Os Direitos Humanos.....	23
3.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	23
3.2 O Direito Constitucional Brasileiro.....	25
CAPÍTULO II - O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA.....	27
1- Conceitos e caracterização do termo violência.....	27

2- Histórico da violência.....	29
3- As mil faces da violência.....	32
4- Causas psicológicas.....	42
4.1 Tendências Agressivas.....	42
4.2 Medo.....	42
4.3 Traumas e Frustrações.....	43
5- Fatores socio-econômicos.....	43
5.1 A pobreza.....	43
5.2 Inflação.....	44
5.3 Migração desordenada.....	45
5.4 Crescimento urbano desordenado.....	47
5.5 Moradia.....	48
5.6 Desemprego e subemprego.....	49
CAPÍTULO III - A VIOLÊNCIA POLICIAL MILITAR.....	53
1- O Vírus da violência.....	53
2- História e a violência policial militar.....	54
3- Fatores determinantes da violência policial militar.....	55
3.1 Preconceito histórico.....	56
3.2 Complexos.....	56

3.3 Deficiência da mão-de-obra recrutada.....	57
3.4 Formação deficiente e cultura organizacional.....	58
3.5 Falta de credibilidade na justiça.....	59
3.6 A impunidade	60
3.7 Deficiência de recursos materiais.....	60
3.8 O estresse policial.....	61
3.9 Desvalorização do policial militar.....	64
3.10 Rigidez militar.....	65
4- A Violência policial militar e seus efeitos.....	66
4.1 Para a Corporação.....	66
4.2 No público interno.....	67
4.3 Na opinião pública.....	68
4.4 Repúdio e temor à Polícia Militar pela sociedade.....	69
5- Exemplos de fatos violentos em Goiânia-Go.....	70

CAPÍTULO IV - NÚMEROS DA VIOLÊNCIA POLICIAL MILITAR	
EM GOIÂNIA.....	
1- Estatística de violência policial militar na cidade de Goiânia-Go, nos anos de 1.997 a maio de 2.000.....	74
2- Aplicação e Análise da pesquisa de campo no público externo.....	80
3- Aplicação e Análise da pesquisa de campo no público interno.....	85

CAPÍTULO V – PROPOSTAS DE REDUÇÃO E CONTROLE DA	
VIOLÊNCIA POLICIAL MILITAR.....	95
1- Controle da violência.....	95
2- Redução da violência policial militar.....	96
3- Sugestões para redução da violência policial militar.....	96
CONCLUSÃO.....	99
ANEXOS.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115

INTRODUÇÃO

A violência existente nas relações entre os indivíduos tem ameaçado o futuro da humanidade; paira, cada vez mais, entre todos nós um clamor de insegurança.

A violência atingiu um nível insuportável em várias metrópoles do mundo, merecendo redobrada atenção dos principais segmentos da sociedade. As razões que levam ao agravamento do fenômeno são de variadas origens e naturezas, sendo suas consequências sempre nocivas a todas as pessoas, atingindo a sociedade direta ou indiretamente.

Enfocaremos neste Trabalho os fatores determinantes da violência policial militar na capital do Estado.

A violência urbana tem suas causas, principalmente, na falência do Estado, o que ocasiona desemprego, falta de saneamento, falta de moradia, poder aquisitivo baixo, proliferação de favelas etc. Violência sempre gera outro fator de violência, contudo, a Polícia Militar como integrante da sociedade e do mecanismo de Segurança Pública, procura combatê-la, usando para isso o aparato colocado à sua disposição pelo Estado (fardamento, equipamento, viaturas, e a legislação pertinente em vigor).

A comunidade por sua vez cobra das Polícias Militares uma atitude mais profissional e ações pautadas nos termos da lei, sem o uso desnecessário da força e da truculência.

Não há dúvidas de que estamos preocupados, pois um órgão que tem como responsabilidade preservar e manter a ordem pública, impedindo a

ação do criminoso contra a sociedade, de repente confunde-se nesta criminalidade.

Procuraremos identificar o universo do policial militar que, além dos fatores bio-psicológicos e das condições existenciais, sofre e participa como autoridade.

Procuraremos também identificar as razões que levam um profissional de segurança a agir fora dos limites da técnica ensinada e das ordenações legais, pondo em risco a proteção e a preservação dos direitos do cidadão.

Para os objetivos a que nos destinamos, utilizaremos publicações já existentes sobre o tema, aplicaremos questionários aos públicos externo e interno e faremos entrevistas com psicólogos que estão trabalhando junto ao público interno nos vários batalhões da Polícia Militar.

Serão citados alguns exemplos de violência policial militar ocorridos nesta capital, nos últimos três anos, base do tratamento estatístico apresentado.

Por fim serão apresentadas propostas visando a redução da violência praticada pelo próprio policial militar, a partir de casos de agressão descabida, desproporcional e injusta. Ao praticar a violência arbitrária, o policial militar comete um crime, comportamento, que não encontra apoio na sociedade e muito menos na sua Instituição.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1- O Estado

É a organização político administrativa do grupo social que ocupa um território fixo, possui um povo e está submetido a uma soberania; sob o aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade superior de ação, de mando e de coerção.

A relação entre o Estado e o homem gera verdadeira reciprocidade de direitos e obrigações, porém de natureza desigual e de forma proporcional, uma vez que, sendo o Estado um meio e o homem o fim, este tem muito mais direitos frente ao Estado do que o Estado em face do homem.

1.2 - A Função do Estado

O poder e a autoridade se encontram nos papéis e relações sociais em todas as áreas da vida social, centralizam-se de maneira mais clara no Estado. Como conceito da ciência social, o Estado se refere às Instituições que estabelecem que possuirá o monopólio do uso legítimo da força física dentro de dado território e que define como será organizado e utilizado o poder que se apoia nesse monopólio. As pessoas que exercem o poder compõem o governo.

Em virtude do seu legítimo monopólio da força, o governo detém o poder supremo na sociedade.

O Estado deve manter toda a ordem social, impondo costumes, resolvendo disputas, protegendo a sociedade dos inimigos, impondo padrões de comportamento e proporcionando serviços. Assim o faz em benefício de uma outra classe social ou de qualquer um dos diversos grupos que se encontram na sociedade. E o poder existe como fim de si mesmo, por indivíduo ou por toda a cultura. O controle sobre os outros e o exercício da autoridade pode satisfazer o ego, bem como, proteger a propriedade ou defender outros valores.

Os detentores do poder não podem ignorar as fontes de que deriva o poder, o mito que lhes justifica e legitima o controle, os grupos que os apoiam, os interesses que eles satisfazem, as instituições que os homens aceitam como necessárias ou desejáveis e que, portanto, não estão prontamente sujeitas à mudança. Nem mesmo o dirigente absoluto pode deixar passar em branco estes fatos sociais e culturais, pois, se assim o fizesse sua autoridade se dissolveria e seu poder seria sustentado apenas pela força nua, na melhor das hipóteses, não passa de um instrumento perigoso e incerto.

No entanto, a força, que pode ser empregada para manter a dominação apesar da resistência, é elemento essencial de qualquer sistema político. Visto que uma das funções do Estado consiste na defesa contra os inimigos externos, fazendo-se necessária alguma forma de organização militar e a força representa, até numa sociedade pacífica e estável, a sanção final de que dispõe para manter a ordem social.

1.2 - O Poder e a Autoridade

O poder é a capacidade de combater as ações alheias, enquanto que a autoridade é direito de mandar, estabelecido e confirmado pela própria sociedade.

O poder social por sua vez, controla as ações dos outros e se acha presente em todas as áreas de vida social: família, escola, religião, atividade econômica, política e governo.

O poder não é só comandar ou exigir obediência, mas é também exercer influência sobre as pessoas, induzindo-as a agirem de forma diferente do seu normal.

O uso do poder é prerrogativa da autoridade. Mas o poder há de ser usado normalmente, sem abuso. Usar normalmente do poder é empregá-lo segundo as normas legais, a moral da instituição, a finalidade do ato e as exigências do interesse público. Abusar do poder é empregá-lo fora da lei, sem utilidade pública.

O abuso do poder ocorre quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia das finalidades administrativas.

1.3 - A Ordem e a Segurança Pública

A própria Constituição Federal, no seu artigo 144, diz que a Segurança Pública, é dever do Estado que se “exerce” para preservação da ordem pública, da incolumidade física das pessoas e do patrimônio, através da

Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militar.

Segurança Pública, no ensinamento de BATISTA NEVES (1986), “é o estado de garantia e tranqüilidade de que gozam a coletividade em geral e o indivíduo em particular, quanto à sua pessoa, à sua liberdade e ao seu patrimônio, acobertados dos perigos e de danos pela ação preventiva da Polícia, a serviço da ordem pública”.

Este é o melhor conceito doutrinário que se ajusta àquele esposado pela própria Constituição Federal em seu artigo 144. Nele se insere a expressão “Segurança Pública” na acepção de meios e que, exercida pelas próprias Polícias já citadas, propiciará o atendimento da preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio com fins a serem alcançados.

Com meio, a Segurança Pública deve ser exercida por ações preventivas, e, excepcionalmente, por ações repressivas pelo óbvio de que o crime é sua negação, isto é a não preservação da ordem pública, a não incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Para manter a ordem e a Segurança Pública existem organizações policiais, seja militar ou civil.

A Polícia mantém esta ordem com a fundamentação do poder de polícia, derivado do Estado que a manda agir. E assim o faz disciplinando o tráfego, policiando ostensivamente ou não, prevenindo a ocorrência de ilícitos penais ou agindo de modo repressivo contra aqueles que já produziram o delito.

Dentro do padrões da nossa sociedade e da realidade institucional em que estamos inseridos, percebe-se claramente que a interpretação estrita de que “ordem pública” e a ausência de desordem está longe de corresponder à realidade. Preferimos ficar com o entendimento de que a ordem está longe

de corresponder à realidade. Preferimos também entender que a ordem pública engloba, além das noções de segurança e tranquilidade, os conceitos de ordem moral, estética, política e econômica. cremos ser este um bom ponto de partida para compreendermos melhor a missão da Polícia Militar no contexto social.

1.4 - O Poder de Polícia e a Polícia

O poder de polícia é a faculdade que o Estado tem para limitar as ações ou atividades dos cidadãos que causam prejuízos ou inquietações ao meio social.

A definição de Polícia pode ser sintetizada como o conjunto de atividades coercitivas exercidas pelo poder de polícia em benefício da ordem e da segurança pública.

Ao tempo convém deixar claro que o poder de polícia é diferente de poder da polícia. Efetivamente, não existe, sob o ponto de vista jurídico, este falado “poder da polícia”. O que há é o poder da polícia que é exercido legitimamente pela Polícia.

A extensão do poder de polícia é ampla, atingindo desde a proteção à moral e aos bons costumes, preservação da saúde pública, censura de filmes e espetáculos públicos, segurança das construções e dos transportes, até a segurança nacional como um todo.

Mesmo abrangendo, sofre limitações, demarcadas pelo interesse social que é o protegido pelo sistema jurídico. Em razão disto, o titular não pode ultrapassar os ditames da lei, sob pena de cometer abuso de poder ou de autoridade, vigiados pela via judicial.

O poder de polícia deve ser sempre praticado em sentido proporcional. Todo excesso inútil é incompatível com o regime de direito, o que não quer dizer que, nos casos em que falharem a abrandura e a persuasão a autoridade não empregue a força para salvar a ordem pública.

1.5 - A Justiça Militar Estadual

A Justiça Militar Estadual está presente no art. 125, parágrafo 3º e 4º da Constituição Federal.

Nesse dispositivo, a Justiça Militar dos estados, é constituída em primeiro grau pelos Conselhos e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça ou por Tribunal de Justiça Militar, nos Estados em que o efetivo da Polícia Militar seja superior a vinte mil integrantes.

A competência da Justiça Militar estadual é de “processar e julgar os policiais-militares e bombeiros militares por crimes militares definidos em lei”. Por sua vez, são crimes militares aqueles que o Código Penal Militar define em seu artigo 9º.

Muitos entendem, erroneamente, ser a Justiça Militar Estadual privilégio para os policiais e bombeiros militares. Não é justiça privilegiada, mas sim especializada, constitucionalmente instituída, muitas vezes mais severa que a Justiça Comum.

A Justiça Militar Estadual deve conceder o elastério necessário ao julgar os crimes cometidos por aqueles que colocam sua vida em risco, na ampla, difícil e nobre missão da preservação

da ordem pública dando garantia de um julgamento imparcial por um juízo especializado. Segundo Álvaro da Costa em seu livro Crime Militar 1978 “o que o Código Penal Militar ampara não é a pessoa do militar, o que ele protege é a função, adjetivamente considerada”.

1.6 - A Polícia Judiciária Militar Estadual

A atividade de Polícia Judiciária consiste no recolhimento de todas as informações sobre o fato típico e que tenha sido seu autor. Tais informações que possibilitarão ao Ministério Público o oferecimento da denúncia, ficam consubstanciadas no Inquérito Policial Militar (IPM), cujo desenvolvimento estende-se dos artigos 9º até o 28 do Código de Processo Penal Castrense.

Quem detém a competência da Polícia Judiciária Militar Estadual é o Comandante-Geral, são os comandantes de policiamento metropolitano e do interior e os comandantes das organizações policiais-militares (OPM), podendo delegar poderes aos seus oficiais comandados.

A Constituição Federal ao determinar a competência para os diversos órgãos responsáveis pela segurança pública do País, expressa em seu artigo 144, parágrafo 4º que as funções de polícia judiciária e apuração das infrações penais competem à Polícias Cívís, salvaguardando, entretanto, as infrações militares cuja apuração, em âmbito estadual compete às Polícias Militares.

2 - A Polícia Militar

Com missão e atribuição definida pela Constituição Federal, define-se segundo HELOÍSA FERNANDES (1973), como uma “organização híbrida. De um lado uma estrutura hierarquizada, sob os princípios e parâmetros militares. De outro, função policial de natureza civil, administrativa, voltada para a preservação da ordem pública”.

Constitucionalmente instituídas para a preservação da ordem pública, constitui-se em forças auxiliares, reserva do Exército Brasileiro, para a atuação nos campos de Defesa Interna e Defesa Territorial, nos quais, pelos exemplos históricos e marcantes demonstraram a excelência de seu preparo profissional e a grandeza moral dos homens que as compõem.

2.1 - Missão e Atribuição

A preservação da ordem pública, em sua acepção mais restrita, como procurou empregá-la o legislador constituinte, é a função específica da Polícia Militar que, atuando de forma ostensiva, deve ser entendida como a atividade de tropa ou fração de tropa que, sob o comando do mais graduado, dirige sua ação no sentido de resguardar o patrimônio, a vida, a integridade física das pessoas que se acham proximamente ameaçadas.

As ações ostensivas têm a predominância da ação vista pelo público, do conteúdo previsto, dinâmico, podendo, em determinadas circunstâncias modificar para repressivo a natureza de suas ações. Este é o conceito adotado pelos policiais militares do Brasil, conforme ensinamento

contido no “Manual de Policiamento Ostensivo” ROBERTO ARANHA (1993).

Diz ainda: que “ela no desenvolvimento de sua ação se deixa identificar de relance quer pela indumentária dos homens engajados (fardados), quer pelo tipo de equipamento, quer pelo armamento ou viatura”.

3- Os Direitos Humanos

3.1 - A Declaração Universal dos Direitos Humanos

A 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas, adotou e proclamou a declaração universal dos direitos do homem. Depois daquela histórica medida, a Assembléia solicitou a todos os povos que publicassem o texto da declaração e que esse texto fosse disseminado, mostrado, lido e explicado, principalmente nas escolas e outras instituições, em todo o mundo, para que o homem pudesse viver em paz em dias futuros.

Era o reconhecimento da dignidade inerente a direitos iguais inalienáveis a todos os membros da família, como fundamento da liberdade, da justiça e da paz mundial.

Compreendendo que o desprezo e o desrespeito aos direitos do homem resultaria em atos bárbaros, que ultrajariam a consciência da humanidade, e que o advento de um mundo em que os homens gozassem de liberdade de palavra, crença e da liberdade de viver a salvo do temor da necessidade, a Assembléia da ONU tomou aquela decisão como a mais alta aspiração do homem comum.

Foi considerado ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão.

E, diante de que os povos das nações unidas estavam decididos a intensificar os princípios de fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, e na igualdade de direitos do homem e da mulher, dispôs-se a promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.

Considerando, também, que os Estados-membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades proclamou, dentre trinta artigos, os seguintes:

Art. 3º - Todo homem tem direito à vida, à liberdade e a segurança pessoal.

Art. 5º - Ninguém será submetido à tortura, nem tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Art. 6º - Todo homem tem direito de ser, em todos os lugares reconhecido como pessoa perante a lei.

Art. 9º - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Art. 11 - Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido aprovada de acordo com a lei; em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

Art. 29 - 1. Todo homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. 2. No exercício de seus direitos e liberdades todo homem estará sujeito

apenas as limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem estar de uma sociedade democrática.

3.2 - O Direito Constitucional Brasileiro

Sob a égide dos Direitos Humanos Universais, a Constituição Brasileira, promulgada em 1988, em seu artigo 1º, proclamou que:

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I -

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV -”

E no art. 3º, afirma que constituem objetivos:

I - constituir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a moralização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

E proclama o artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a prosperidade”.

E, ao que nos interessa especificamente neste trabalho monográfico a Constituição Federal regula ainda no seu artigo 5º:

- *Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente;*
 - *A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;*
 - *O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.*
 - *O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial. (Constituição Federal, 1988).*
-

CAPÍTULO II

O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA

1 - Conceitos e Caracterização do Termo Violência

A expressão violência não pode nem deve se limitar ao significado simples da palavra. Antes de qualquer outra consideração conceitual, a interpretação do termo leva à profunda análise do seu sentido, até mesmo da razão de sua existência ao longo do tempo, através da própria história da humanidade, para se entender a verdadeira origem não apenas do ato violento, da ação de violência, e sim da verdadeira origem e disposição que a violência faz nascer e crescer.

Na interpretação jurídica, significa o estado ou situação caracterizada pelo constrangimento físico ou moral, por coação, gerindo obviamente os dois pólos que a identificam: o violador e o violado, ou seja, aquele que é o agente e o seu oposto, a vítima.

O exame da ação de caráter tipicamente violento, socialmente encontramos situações mais complexas de entendimento, quando se defronta o observador com o fenômeno contida numa só pessoa que, ao mesmo tempo, é autor e vítima ou vice-versa. O elemento alcançado pela ação violenta, gerada fora dele, se impregna das características dessa ação e a propaga à semelhança do que ocorre no contágio de moléstias infecto-contagiosas. Poder-se-ia afirmar que a violência tem o seu aspecto caracteristicamente identificado com o fenômeno da

microbiologia, pela facilidade de propagação que a define, na transmissão de sua identidade típica.

Ao se consultar os sociólogos e analisadores do comportamento humano, aprende-se a verdade insofismável de que ninguém é ou se torna violento sem que seja “contaminado” por fatores do mal da violência.

Segundo Aurélio (1971), violência (Do lat. Vionetia). Sf. 1. Qualidade de violento. 2. Ato violento. 3. Ato de violentar. 4. Jr. Constrangimento físico ou moral; uso de força. Coação.

Segundo Laudelino (1976), violência é o estado daquilo que é violento, a violência dos ventos, das paixões. Ato violento. Ato de violentar. Força de que faz uso contra o direito, contra a lei. Empregar a violência. Jr. Constrangimento exercido sobre uma pessoa para obrigar a fazer um ato qualquer. Coação.

De acordo com a Enciclopédia do Saber (1973), Violência. 1. Qualidade de violento. 2. Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força. Ímpeto, impetuosidade. 3. Ação violenta. 4. Opressão, tirania. 5. Intensidade. 6. Veemência. 7. Irascibilidade. 8. Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. 9. Dir. Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa, para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação.

De acordo com a ADESG (1981), violência: “Tomada única e exclusivamente sob a forma de conceito puro, a violência é o sumo grau de energia no qual a força opera com grande impulso; coação”. “Utilização ilegítima e ilegal da força”. “Uso da força contra a regra, a lei, o direito”. “Utilização voluntária da força para agredir uma pessoa ou propriedade de terceiros, desafiando a lei e o direito”.

2 - Histórico da Violência

Contam os livros sagrados que há milhões de anos, quando a Serpente persuadiu Eva e Adão a comerem do “fruto proibido”, Deus os expulsou do Éden. A partir daí, a humanidade, marcada por esta primordial “contravenção”, foi inexoravelmente condenada aos guilhões do tempo e às funestas conseqüências de toda sorte de violências.

Pouco mais tarde Caim, primeiro criminoso, ratificou com seu ato impensado definitivamente a vocação humana para a hostilidade contra o outro.

São bastante comuns no Antigo Testamento a interferência repressiva de seres superiores, no sentido de punir humanos que tenham cometido algum ato delituoso à luz das leis divinas, inclusive havendo casos de erradicação em massa de infiéis, como, em Sodoma e Gomorra, cidades condenadas à destruição em virtude de terem moralmente decaído aos olhos do Criador.

Mas coube ao homem, ele próprio, manter a tradição da violência contra seu semelhante e, não satisfeito de espalhar tanta morte no longo caminho da História, deixando atrás de si um rastro de sangue, para “coroar” sua empreitada homicida, despeja duas bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasáki, vitimando, de uma só vez, milhares de inocentes e marcando para sempre o povo destas localidades com o estigma da morte. Até hoje, cinqüenta e dois anos decorridos do primeiro holocausto nuclear, crianças ainda nascem sem cérebro, devido aos efeitos radioativos permanecerem ainda “ativados” por centena de anos.

Apesar dos protestos gerais, retaliações, boicotes e represálias, seguiu o homem firme em seu propósito de destruir. Nada o demoveu e o

demoverá da violência. Há guerras por toda parte, atos de terrorismo sem qualquer justificativa, suicídios em massa à custa de alguns estranhos credos maníaco-depressivos. A fome aperta e mata, falta água potável em dezenas de países, foi-se a Guerra Fria, mas os riscos de uma hecatombe nuclear continuam mais acentuados, uma vez que após o esfacelamento das **repúblicas soviéticas** em torno de seu centro, muitas delas escaparam da federação mantendo estoques consideráveis de ogivas nucleares e material radioativo capazes de destruir centenas de vezes nosso pequeno planeta. Além disso, muitos de seus cientistas, movidos pelo dinheiro, põem abertamente à venda sua força de trabalho e conhecimento sobre a construção de artefatos nucleares à nação que melhor os remunerar. Diga-se que interessados não faltam, entre eles a temível dupla Irã-Iraque, cujos arsenais, desconhecidos, podem abrigar milhares de armas nucleares, químicas e biológicas, à disposição deles e de suas populações fanáticas comandadas por líderes imprevisíveis, quando não francamente paranóicos.

A sociedade moderna vem atingindo um grau fantástico de complexidade, exigindo que o Estado se empenhe num rol cada vez maior de tarefas, inclusive as relacionadas à segurança pública. Dessa maneira, hoje já não basta prevenir ou reprimir delitos, mas, antes, desdobrar-se em múltiplas frentes para atender à crescente demanda por assistência social, econômica, religiosa, moral etc., intensificadas após a crise do chamado Estado do Bem-Estar Social, perseguido pelo modelo capitalista, mas nunca de fato alcançado. Pelo contrário: com o neoliberalismo, versão informatizada do capitalismo transnacional, a miséria agravou-se, aprofundando-se o fosso entre as classes sociais. Com a recessão vem-se gradualmente concentrando riquezas nas mãos de pouquíssimos privilegiados, enquanto o grosso da população padece e perece, sem oportunidades educativas, acesso a sistemas eficientes de assistência médica, moradia, saneamento básico etc.

Por outro lado, a indústria do crime também valeu-se dos beneplácitos da mais fina e sofisticada tecnologia, e experimenta uma evolução espetacular quantitativa e qualitativamente, “administrada” em moldes industriais por poderosas “firmas do crime”, cujas operações vão desde a exploração do jogo do bicho até a “lavagem de dinheiro sujo”, passando pela industrialização dos seqüestros, atentados de todas as espécies, assaltos a bancos e a carros-fortes, exploração da prostituição, assassinatos por encomenda, tráfico de armas e de drogas, entre outras. Habilidosos e inteligentes marginais informatizados, munidos de seus computadores portáteis, planejam e executam tudo com admirável perfeição, utilizando-se, na maior parte das vezes, de armamento e veículos de última geração. Este fabuloso exército do crime movimenta cifras astronômicas, que ultrapassam, em muitos casos, o PIB de vários países juntos.

A violência, fruto de uma série de insatisfações e frustrações represadas e intensificadas pela crise dos valores atuais, falta de perspectivas e ética, explode em todos os cantos do mundo, sob a forma de radicalismos, guerras, intolerâncias, preconceitos e atentados de todo o tipo. Mas o curioso é que, diferentemente do que ocorria há alguns anos, hoje o fenômeno é “desmotivado”, sem origem e alvo definidos, atípico, gratuito, cometido por cometer, ou seja, centrado em si mesmo.

Não há causa aparente para tanta violência, e isso é que vem deixando paralisadas as principais organizações e cérebros destinados a combatê-la. Nas ruas, no trânsito, estradas, hospitais, filas, bancos, até nas câmaras de parlamentares, acontece a toda hora atos hostis por qualquer motivo fútil. A violência é generalizada. Perdida de vista a noção do que seja ético, ultrapassa-se em local proibido e no farol vermelho, disputa-se tudo, os meios passam a não importar e sim os fins, deixando-se o homem dirigir por seus impulsos mais baixos. Há um visível desencanto e descontrole que se

manifesta da pior forma possível. São guerras, bombas, atentados pavorosos, desastres, sinistros, seqüestros, motins, revoltas, presídios superlotados. Seitas e gangues buscam a redenção stop pelas drogas e em macabros ritos sacrificiais quando não em inexplicáveis suicídios coletivos. De há muito se foi o respeito para com os mais velhos, mulheres e crianças. Xinga-se, bate-se, empurra-se, agride-se, engana-se e oprime-se o próximo, quando não se chega ao cometimento de crimes bárbaros e hediondos por razões banais.

Mas a violência é também, e principalmente, ecológica. O planeta é sistematicamente agredido e já dá claros sinais de que a situação chega a extremos insustentáveis. Rapidamente vão-se esgotando os recursos naturais, além de explodirem por todos os lados sintomas inequívocos de que os desatinos do homem contra sua casa mexeu fundamente com as leis mais sutis da natureza. Basta atentar para os estragos que o fenômeno denominado “El Niño” vem fazendo e as nocivas conseqüências do buraco na camada de ozônio. Diariamente registram-se terremotos, incêndios, tornados, erupções vulcânicas, maremotos, furacões. O mar avança, o gelo das calotas polares derrete, a temperatura sobe, o clima se altera a todo momento sem que os especialistas consigam explicar razoavelmente os porquês.

Esta onda de violência pela violência, fenômeno novo que marca profundamente a última metade do século XX, não tem, de fato, quaisquer precedentes na história da humanidade.

3 - As Mil Faces da Violência

Genericamente pode-se conceituar violência como a agressão praticada contra o patrimônio e/ou a vida das pessoas, por meio de armas ou de qualquer outro instrumento de coerção explícito ou dissimulado, podendo-

se enquadrar como uma de suas manifestações qualquer tipo de discurso ou mensagem que discrimine, prejudique direta ou indiretamente as pessoas, impedindo-as, por qualquer meio, de reagir e/ou de obter a garantia de seus direitos.

Entenda-se, portanto, que *violência simbólica*, exercida por meio de mensagens de qualquer natureza e utilizando-se de ardis ideológicos para escamotear a verdade, é igualmente uma forma de violência tão ou mais virulenta que a “real”, uma vez que tende a diminuir a capacidade cognitiva das pessoas, induzindo-as ao erro.

Hoje, o fenômeno da violência não é “privilégio” dos menos favorecidos, como era consensual até pouco, estendendo-se, indiscriminadamente, a todas as classes sociais.

Já na história do Brasil há suficientes evidências de violência política, mais especificamente no início da colonização, quando, apesar dos poucos investimentos de Portugal na colônia, a produção das minas de ouro e jazidas de diamantes superaram de longe todas as expectativas, sendo rentáveis a ponto de financiar seguidos déficits acumulados pela Coroa por conta de desvantajosas operações comerciais. No entanto, os empreendimentos portugueses eram francamente predadores, limitando-se a explorar tudo o que podia favorecer o tesouro de Lisboa, dispendendo sempre um mínimo de investimento em infra-estrutura e melhores condições para os colonizados.

Esse tipo de procedimento quando da colonização também causou uma série de distorções que marcaram indelevelmente o relacionamento interpessoal no País, uma vez que, em virtude das autoridades econômicas e políticas terem recebido cargos (e extensas propriedades) como doações da Coroa Portuguesa, achando-se, portanto, revestidas de uma certa ascendência sobre os nativos, evocavam-se o direito de manejar escravos e pessoas,

deixando, até hoje, traços dessa arrogância no convívio entre os indivíduos de diferentes classes sociais, consubstanciados em preconceitos e intolerância contra os “diferentes”, negros, mulheres, índios e outros.

Outro episódio que pode ser catalogado como uma espécie de violência discursiva (simbólica), concretizada pela imposição de uma crença acreditada como melhor e mais perfeita, sucedeu quando da catequese dos indígenas brasileiros, da qual se incumbiram os jesuítas. Não há dúvida de que, à primeira vista, foi uma forma engenhosa encontrada pela Coroa Portuguesa para submeter os nativos pacificamente, poupando o emprego de meios coercitivos explícitos dispendiosos, com a vantagem adicional de dispor de mão-de-obra fácil e dócil. Deve-se assinalar, no entanto, a bem da verdade, que nem sempre isso se deu na prática, seja por dificuldades em “domesticar” certas tribos, seja pelo fato de os próprios jesuítas por vezes exercitarem verdadeira caridade e solidariedade cristãs, colocando os interesses da fé acima dos da Coroa Portuguesa.

Outro ponto polêmico na prática catequetizadora foi o conflituoso relacionamento dos senhores de engenho e donos de terras com os jesuítas, uma vez que os primeiros achavam mais fácil simplesmente submeter os índios pela força, colocando-os a serviço escravo, sendo, na maior parte das vezes, obstados pela decisiva reação dos segundos, interessados na adesão dos nativos por meios pacíficos.

OLIVEN, falando desta violência política institucionalizada no Brasil (mas habilmente dissimulada pelo discurso oficial), diz que se deve partir do fato de que,

embora historicamente a sociedade brasileira tenha sido construída com o recurso constante à violência, esta tem sido negada sistematicamente em nível ideológico. Ao contrário de países como os Estados Unidos, onde violência é considerada um traço nacional como o beisebol, no Brasil haveria

uma índole pacífica supostamente herdada do português (...).

Não é, entretanto, o objetivo deste estudo, resgatar em detalhes a historiografia nacional, mas tomar apenas como referência alguns pontos importantes para reflexão sobre as origens da violência e do preconceito no País. Um simples passar de olhos sobre a História do Brasil pode dar conta do cem número de revoltas e insurreições geradas por causas políticas e/ou econômicas e/ou religiosas e/ou étnicas etc. Para ficar em alguns exemplos, basta citar o massacre de Canudos e o do Quilombo dos Palmares, as guerras contra o Paraguai, Uruguai e Argentina, a própria Inconfidência Mineira, da qual emerge a figura do herói Tiradentes, além de centenas de outras escaramuças de maior ou menor importância, que tiveram como tônica o uso da força, muitas das quais, como já se afirmou, sistematicamente manipuladas para “esconder” fatos desagradáveis.

OLIVEN continua seu raciocínio asseverando que na nossa História,

vemos ocorrer, ao lado dos grandes e incruentos acontecimentos oficiais, violenta repressão a movimentos populares como o Quilombo dos Palmares, Cabanada, Balaiada, Canudos, Contestado, Muckers e Revolta da Chibata (...). Durante toda a história da República o aparelho estatal brasileiro submeteu as classes dominadas a maus tratos e torturas. Na República Velha, os operários foram sempre encarados como potencialmente perigosos, devendo os líderes que procuravam organizá-los serem desterrados ou deportados (...).

Contudo, se analisado a fundo, o problema da violência surge e ressurgiu não só no Brasil, mas em todas as partes do mundo, em diferentes épocas e de diversos modos, acarretando efeitos mais graves ou menos graves, envolvendo de dezenas a milhões de pessoas. Da Inquisição, que vitimou em nome da fé, milhões de pessoas, aos dois conflitos globais,

passando pelos lamentáveis episódios de limpeza racial praticados no Pós-Guerra por vários países europeus, pela xenofobia neo-nazista alemã, pela intolerância racial norte-americana e pela eugenia homicida praticada na China e na Índia contra recém-nascidas, só para citar uns poucos exemplos, tudo vem demonstrar que, acima de qualquer causa, a violência nasce e se alimenta continuamente da intolerância, da falta de humanidade e de ética, do desrespeito à figura do semelhante, seja ele quem for, de onde vier, a que classe pertencer.

O homem, no fundo, não tolera e não respeita o “diferente” (o Outro), por não julgá-lo um indivíduo-universo, dotado de pensamentos, aspirações e comportamentos próprios. É o que NEIVA JÚNIOR¹ sabiamente denominou “Um Inferno dos Espelhos”, em sua obra homônima:

A consciência inicial do que possa ser comunicação advém desse sentimento de estranheza. Não seria, pois, surpreendente que a história pudesse centrar-se em situações de conflito, disputa e alheamento. Disputa significa manifestação de alteridade: aquele que tem um interesse distinto do nosso é um outro que ocupa um lugar mais ou menos radical de estranho. Os valores, os costumes, as vestes, o sistema político, econômico etc., ou seja, a Cultura de povos estranhos são imediatamente - sem muita reflexão, mas guiando-se pelas aparências - submetidos aos valores aprovados na nossa Cultura, por meio de semelhanças e diferenças; as semelhanças geralmente nos agradam como “boas”, enquanto as diferenças são geralmente tidas como “más” etc. Nasce, assim, do nosso contato com o Outro uma sensação de aprovação ou estranhamento, de identidade ou não-identidade: no fundo desejaríamos que ele (o Outro) fosse igual a nós. É impossível restringirmo-nos à percepção e à aparência imediata. O juízo mais imediato é considerar aquilo que não reconhecemos nosso como um outro. Somos o que somos porque não somos como estes aí. Está aberto o caminho para o conflito, para a tentativa de suprimir o que nos é estranho, para retirar um valor substituindo-o

por outro, para erradicar uma cultura em prol da nossa, julgada, de pronto, melhor, mais justa, mais coerente.

Voltando à História do Brasil, foi o que se deu com a vinda dos jesuítas para cá, como relata em detalhes a célebre Carta de Pero Vaz de Caminha: em nome do cristianismo, os “gentios” (outros) precisavam ser catequizados, sua fé seria suprimida e substituída por outra, a única que poderia trazer a salvação. Foi o que se deu na América do Norte, onde milhares de indígenas foram sumariamente executados pelos colonizadores. Foi o que, de resto, se deu na expansão de todos os impérios, dos assírios e fenícios aos norte-americanos, todos, sem exceção, com maior ou menor violência, justificando a supressão do Outro pelo simples fato de serem “bárbaros”, incultos, ou então, em nome de uma pretensa intervenção para evitar um “mal maior”. Voltou a ocorrer, no Brasil, com Canudos, Palmares, Inconfidência Mineira, e iria acontecer na Alemanha de Hitler, durante a segunda Grande Guerra, quando em nome da supremacia de uma pretensa raça superior, foram sumariamente eliminados seis milhões de judeus. É o que continua acontecendo hoje: seguidos massacres, atentados, homicídios, desrespeito aos mais elementares direitos, assassinatos de negros, bóias-frias, mendigos, menores carentes e índios.

É o homem arrogando-se o direito de eliminar sumariamente o diferente.

Preâmbulo do Estatuto da Criança e do Adolescente:

São destinatários específicos das ações do Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA) crianças e adolescentes vítimas de abandono ou tráfico; vítimas de abuso, negligência e maus tratos na família; que fazem das ruas seu espaço de luta pela sobrevivência e até mesmo moradia; vítimas do trabalho abusivo e explorador; envolvidas no uso e tráfico de drogas; envolvidas em prostituição; em conflito com a lei em razão do cometimento de

ato infracional; e em outras circunstâncias que impliquem em sérios riscos à sua integridade física, psicológica e moral.ⁱⁱ

Artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Mas todos estes cuidados do legislador são, hoje, letra morta. De todos os cantos do País surgem denúncias de trabalho infantil, inclusive em regime de semi-escravidão, tendo alguns governos municipais adotado a estratégia de fazer cumprir a lei, responsabilizando (e por vezes prendendo) o pai que não manda o filho à escola. Se o trabalho dignifica o homem, ao contrário, prejudica se exercido em momento inoportuno, quando a criança, em idade escolar, é retirada da escola para “ajudar na renda familiar” (pretexto de sempre):

O trabalho dificulta e afasta a criança e o adolescente da escola, na verdade, é o modelo econômico que cria a pobreza, impulsionando ao trabalho que se mostra incompatível com a escolaridade. Nos grandes centros urbanos, onde o percurso casa-trabalho é longo, demorado e desgastante, a freqüência a escola assume foros de heroísmo diário, porque só heróis percorrem diariamente a sua sacra de casa, transporte coletivo, trabalho de oito horas ou mais, refeições intermediárias precárias, transporte coletivo escola, casa e descanso insuficiente.

Para evitar estes males uma séria política de empregos deveria integrar-se a outras que assegurassem a saúde, educação, lazer, escola e convívio familiar. Acontece que o não-acesso a estes serviços teoricamente oferecidos pelo Estado acaba por prejudicar o desenvolvimento físico e o natural amadurecimento

psicológico dos jovens, impedindo sua formação técnica e, conseqüentemente, um desempenho funcional futuro.

As estatísticas brasileiras são impressionantes. O índice de mortalidade infantil, por exemplo, é de 36,1 mortos para cada mil nascidos vivos, e na região Nordeste, de 57,91 por mil. Em Alagoas, 71,94 crianças morrem antes de completar um ano. Para comparar, basta dizer que o Japão tem o menor índice de mortalidade infantil do mundo: 4 por mil.

Segundo dados oficiais, havia, no País, 4 milhões e 400 mil famílias que viviam abaixo da linha de pobreza absoluta (menos de um salário mínimo) em 1980 e mais de 60 milhões de menores carentes, em 1985.

Mas o fenômeno da violência tem muitas faces. Atos de violência ecológica, além de destruir as florestas, agora também vêm desativando o maior produtor de oxigênio da terra, o fitoplâncton dos oceanos. Calcula-se que estas algas monocelulares fornecem cerca de 70% do oxigênio necessário para a vida.

Enquanto isso, cerca de trezentas espécies de animais da fauna silvestre desaparecem por dia, e da cobertura original do Brasil (75% do território) resta pouco mais de 5%.

Os números da miséria social também chocam: casos de desnutrição crônica chegam a 15,4% da população, e no Nordeste, 30 %. Somente 63,9% das casas brasileiras contam com saneamento básico e 78,8% com água encanada.

No trabalho, em 1992, registraram-se 532.514 acidentes, com um saldo de 3.518 mortes.

Em São Paulo o número de homicídios subiu de 471/mês (1990) para 1.040 (1999) = 1,4 por hora. Verificaram-se arrastões no Rio, Curitiba, Porto Alegre. As chacinas no Rio somam até agora 81 mortos, e em São Paulo, 62 delas vitimaram de morte 214 pessoas, na maior parte menores carentes. Na Candelária, Rio de Janeiro, oito menores executados. Balas perdidas, no Rio de Janeiro, só neste ano, fizeram mais de vinte vítimas.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil ocupa há vários anos o primeiro lugar da desigualdade social no planeta, com a distribuição de renda mais injusta do mundo: os 20 % mais ricos detêm 64 da renda, enquanto os 50 % mais pobres, 2,5.

Não são só balas que matam, mas rodas também: o trânsito brasileiro mata mais de cinquenta mil pessoas por ano, deixando milhares de feridos ou aleijados.

Outro episódio lamentável se consumou na madrugada de 20 de abril de 1.997, quando cinco jovens da classe média alta de Brasília jogaram dois litros de álcool e atearam fogo no índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos, no momento em que este dormia numa parada de ônibus em Brasília, causando-lhe a morte, 15 horas depois, em virtude de queimaduras de terceiro grau em 85% do corpo. Os quatro confessaram, em depoimento, que só “desejavam fazer uma brincadeira”.

Mas violência não é “privilégio” somente do Brasil.

Na Inglaterra, dois assassinos-mirins de Liverpool, Robert Thomson e Jon Venables, foram condenados à prisão por tempo indeterminado. No dia 29 de outubro de 1996, na França, três meninos espancaram até a morte um mendigo e na Escócia,

Thomas Hamilton, armado com quatro revólveres, adentrou a Escola Primária de Dunblane no dia 13 de março de 1996, onde estudavam 720 crianças, e começou a disparar contra vinte e nove delas, matando dezesseis e a professora.

Não só a criança e o adolescente são bem amparados pelas leis, os adultos também. Com efeito, a Constituição Federal de 1988, com seus 245 artigos, fixou um amplo leque de direitos e garantias fundamentais, que vão desde o direito à greve à determinação de que ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou com mandado judicial, passando pelos de livre associação e de liberdade de expressão, à vida, à igualdade, à propriedade, à segurança, além de várias garantias: *habeas-corpus*, *habeas-data*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular, ação civil pública e ação direta de constitucionalidade.

Nota-se, pois, que esta proteção é estendida a todos pela Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, assim cognominada pelo fato de, pela primeira vez na História do Brasil, um rol imenso de direitos individuais estarem claramente expressos e garantidos pela Lei Maior.

Frise-se, ainda, que a Carta Magna estabeleceu penas mais severas. Crimes de terrorismo e racismo passaram a ser inafiançáveis e a prática de tortura deixou de se beneficiar de anistia, sendo, agora, há pouco tempo atrás promulgada Lei prevendo pena mais rigorosa para os crimes de tortura.

4. Causas Psicológicas

4.1. Tendências Agressivas

A agressividade é fator inato à condição humana, talvez originária do estado primitivo quando o homem disputava selvagemmente a sobrevivência com outros animais, ou ainda, o resultante da situação de pecado após a queda diante de Deus do jardim do Éden.

Essa tendência, quando não controlada, leva o homem à prática dos mais horrendos atos de violência, e ainda, em sentir prazer nessa realização anormal.

4.2. Medo

O medo é temor, surge da insegurança e provoca reações as mais diversas, como chorar, tremer, gaguejar, etc. Normalmente, esse problema psicológico surge na infância, ficando reprimido ou recalcado até a idade adulta, quando, então, se exterioriza quase sempre em forma de agressividade. A pessoa possuidora de “medo reprimido” é agente capaz de atos violentos em quaisquer circunstâncias, mesmo as que não representem perigo ou ofensa.

4.3. Traumas e Frustrações

Em geral os traumas e frustrações, são adquiridos na infância, somados aos desvios mentais e antecedentes hereditários: são fatores que predisõem os indivíduos para o caminho da violência.

Já a não obtenção de algo, a não realização de um desejo ou objetivo, provocando sempre seqüela psicológica, leva, à frustração desde a infância, relacionadas a problemas de toda ordem, principalmente de sobrevivência digna, e no campo das realizações pessoais, que têm sido responsáveis pela insatisfação social predominante, além do crescimento das práticas violentas.

A frustração é, em potencial, causa de comportamento agressivo.

5. Fatores Sócio – Econômicos

5.1 A Pobreza

Entre as camadas mais pobres da população, a subsistência é muito precária, pois muitos crimes são praticados por imposição das necessidades básicas e da escassez de recursos, em fim, por imposição da fome.

A miséria empurra para o roubo e a prática da prostituição. Estudos comprovam que quanto maior a desigualdade entre os setores de uma comunidade, maior é a tendência para o crime e a violência, pois a pobreza e a fome impelem a violência, pode - se citar como exemplo reportagens publicadas no Jornal do Brasil de 20 de dez 1995, ocorrida na favela de Pirambu, em Fortaleza / Ce: Ardendo em febre e com muita fome, Anselmo

de 4 anos, pergunta a mamãe: “No céu tem pão?” e, “Não quero mais dormir e acordar sem comer, vou roubar”, dito por um menino de 13 anos.

Quanto maiores forem as desigualdades sociais e sua percepção, em geral divulgadas e acentuadas pela televisão, para exaltar o consumismo, maior será a tentação para o crime.

O Brasil, ostenta desde a mais imensa riqueza à maior pobreza, sendo que atualmente o homem mede seu valor pelo sucesso e pelo poder econômico, e a vida se resume a uma competição exclusivamente material, em detrimento da noção ética do bem e do mal.

Para muitas pessoas a riqueza inatingível provoca uma incontrolável frustração chegando ao ponto de ser uma provocação, que impele ao roubo e a todo o tipo de crimes contra o patrimônio, visando a obtenção de dinheiro fácil.

5.2. Inflação

A inflação arruinou a confiança na moeda e só foi benéfica para alguns especuladores vorazes e para a classe média alta, pois corroeu o baixo poder de compra dos menos favorecidos.

Anteriormente ao Plano Real, existia uma inflação que não possibilitava a correção dos preços dos produtos e serviços em medida justa e correta, pois beneficiava alguns poucos em detrimento da maioria da população.

Não se podia culpar um único causador e responsável por aquele estado de coisas, mas três elementos juntos e combinados, sendo que em cada

momento, um se tornava preponderante sobre os outros, com muitos erros se acumulando nas três entidades: Governo, Empresário e Trabalho.

O governo fez obras desnecessárias e faraônicas, sem a suficiente dotação orçamentária, ocasionando a necessidade de novas emissões de papel moeda.

O empresário, que visava lucros exagerados com a criação das reservas de mercados, eliminando a lei da Livre Concorrência Reservas estas que eram expressas ou tácitas entre os grupos industriais.

O trabalho por meio de tentativa do aumento de renda sem um relativo aumento da população.

O Plano Real, que visa uma estabilidade econômica, também não deu segurança a ninguém, haja visto o alarmante índice de desemprego, o aumento da violência urbana, e, no dia-a-dia verificamos as ruas infestadas de desocupados, de menores abandonados, onde há uma enorme proliferação das drogas e da prostituição, etc.

5.3. Migração Desordenada

As migrações internas ou inter-regionais, entre áreas ou regiões do Brasil vêm ocorrendo desde a época colonial, porém se intensificaram a partir do início deste século, e, se intensificaram na segunda década do século XX.

Quanto às migrações rural-urbana, observa-se que nas últimas décadas vem ocorrendo uma diminuição da população rural. As causas da saída de grandes contingentes humanos do meio rural em direção às cidades podem ser classificadas em dois tipos: os fatores de mudança e os de estagnação.

Os fatores de mudança constituem as transformações sofridas no meio rural pela modernização e mecanização da agricultura. Essa

modernização dispensa mão de obra, já que eleva a produtividade do trabalho pela introdução de máquinas ou técnicas modernas de cultivo. No Brasil, isso ocorre principalmente em algumas áreas do Centro-Sul do país. Esses fatores estão diretamente ligados à industrialização.

Os fatores de estagnação constituem a pressão exercida pelo crescimento demográfico sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis, que é limitada tanto pela insuficiência física de terras como pela sua monopolização por grandes proprietários. Esses fatores estão ligados ao crescimento populacional que não é absorvido no local, pois a oferta de trabalho é inferior à procura. E o principal motivo de a terra não sustentar o grande número de novos trabalhadores que surge a cada ano prende-se à estrutura social, isto é, ao monopólio de extensas áreas por grandes proprietários ou latifundiários.

Os migrantes que chegam às grandes cidades são obrigados a fixar moradia nas favelas, cortiços e demais habitações precárias.

Uma casa dá ao indivíduo o sentimento de segurança e de dignidade, mas nas grandes cidades é importante para o migrante, geralmente desempregado ou sub-empregado, a realização do sonho da moradia, principalmente de adquirir uma propriedade, porque a oferta de moradia é insuficiente e o aluguel é caro.

Nas grandes cidades, as políticas de moradia são inadequadas, o número de desabrigados cresce na mesma proporção do desemprego, e isso faz com que essa população flutuante de migrantes, sem referências, seja ameaçadora, pois são facilmente utilizadas para roubos, prostituição ou pelos traficantes de drogas.

5.4. Crescimento Urbano Desordenado

Em virtude do isolamento das pessoas a cidade perde o sentido que lhe dá o vocábulo como lugar pacífico, em que os habitantes mantêm um comportamento harmonioso e educado, as pessoas, seja pelos afazeres ou pela informalidade, estão deixando de existir o relacionamento entre vizinhos, o que faz desaparecer a solidariedade entre as pessoas, tornando desnecessária a manutenção de uma conduta moral correta por parte da população, o que leva a aumentar a violência urbana.

Hoje, a cidade, é um local de conflitos, da violência e da criminalidade.

Segundo Figueiredoⁱⁱⁱ, existe uma espiral de violência nos espaços urbanos, sendo que a cidade nutre a agressividade de seus habitantes, a violência aparece, a insegurança se desenvolve e reforça a espiral de violência.

Seu relatório concluí que a urbanização desordenada é fator de agravamento da criminalidade, refletindo na população. São três aspectos:

a) Amontoamento: conclui que a altura dos prédios; acima de 6 andares, multiplicam o sentimento de insegurança, e a ausência de espaço, ou seja de um território, aumenta a agressividade.

b) População Segregada: as cidades modernas dividem-se em setores para dormir, para trabalhar e para morar, etc. Hoje as classes sociais e as classes de idade se ignoram, não existe troca entre elas, os setores onde ficam os escritórios permanecem fechados durante a noite, as casas ficam vazias durante os dias e os menores que voltam mais cedo para casa ficam desassisados.

c) População Anônima: as ruas já não são mais locais de encontros, as pessoas se vêem no trânsito, dentro de seus carros, mas não se encontram, a

automatização dos serviços dos supermercados, bancos, facilita o isolamento, os moradores perdem suas identidades, tornando-se seres anônimos e despersonalizados.

A insegurança, a falta de espaço físico, a desintegração entre os moradores que se vêem obrigados a morar cada vez mais longe de seus locais de trabalho, a falta de identidade e de solidariedade constituem um grande desafio a ser transposto para a diminuição da violência em nossas cidades.

5.5. Moradia

Os altos custos dos aluguéis de imóveis, agravam cada vez mais a situação das classes menos favorecidas, a ponto de incentivar a invasão de propriedades privadas à procura de solução para o problema de moradia. A violência já se evidencia no ato de invasão da propriedade alheia, e ela é agravada quando se determina a reintegração de posse, com a expulsão (retirada) dos invasores.

O Plano Nacional de Habitação Popular, executado em todo o Brasil e financiado pela Caixa Econômica Federal, através do Banco Nacional de Habitação, tem importância fundamental no problema da moradia, pelas seguintes razões:

- a) Possibilita a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, pela iluminação da sub-habitação e redução do déficit habitacional;
 - b) Protege a população mais carente da possibilidade de remoção dos seus locais de moradia;
 - c) Regula os mercados de aluguéis para a
-

população de baixa renda;

d) Gera muitos empregos, pela mão de obra não qualificada abundante no país;

e) Utiliza técnica e materiais locais, sem necessidade de tecnologia estrangeira;

f) É fator de estabilização social por possibilitar o acesso à casa própria, de um grande número de famílias;

g) Instrumento de política urbana, propiciando a integração com as políticas de emprego e transporte de massa.

Ter um abrigo sobre a cabeça confere um sentimento de segurança e de dignidade. A crise da habitação é patente, pois as políticas de moradia são inadequadas, ocorrendo ocupações ilegais, expulsão, exorbitância de preços e proliferação de favelas, aliado ao fato ainda de que a oferta é insuficiente. A partir do Plano Real, os preços dos aluguéis dispararam e ficaram fora do alcance da classe pobre e até da classe média. Cresceu o número de desabrigados, essa população é ao mesmo tempo ameaçada e ameaçadora, e juntamente com os menores de rua, são facilmente manipuláveis pelos barões da droga e do crime, que os utilizam para o roubo, prostituição e tráfico de drogas.

5.6. Desemprego e Subemprego

O desemprego leva à tentação da ilegalidade, pois muitas vezes é fácil ganhar lucros astronômicos à margem da lei. Há de se notar o caso das

pessoas ocupadas no setor informal, que hoje em dia nos grandes centros urbanos corresponde a metade da população economicamente ativa. Essas pessoas, às vezes, se enriquecem rapidamente, pois não pagam impostos e vendem produtos contrabandeados ou de procedência duvidosa, passando a ser respeitados pela população e não tendo aquela obrigação de trabalhar muito, de se cansar em transportes coletivos e nem de levantar cedo.

A nossa sociedade valoriza muito o trabalho intelectual e menospreza o trabalho manual para o qual são relevados os estratos inferiores.

É inegável o fato de que o subemprego e o desemprego influenciam no surto de criminalidade.

Pesquisas realizadas em grandes centros urbanos demonstraram que a maioria dos trabalhadores da construção civil era oriunda da zona rural e do Nordeste. Esses migrantes da zona rural, com pouca qualificação e baixa renda, perderam os seus empregos no campo, vindo para as cidades e enfrentando dificuldades para se reempregarem nas áreas urbanas. A maioria destes, não retornaram ao campo, e de uma forma ou de outra ingressaram na marginalidade urbana, começando com pequenos furtos, seguindo com grandes assaltos e cometendo os mais bárbaros e violentos crimes.

Os baixos salários de hoje, são conseqüências da grande oferta de mão-de-obra, principalmente das não especializadas, que temem o desemprego e para não serem substituídos, se sujeitam a tudo, menos ao desemprego.

A atitude do governo diante do desemprego e dos baixíssimos salários dos trabalhadores empregados é de total descaso.

No Brasil, os subempregados costumam ser classificados no setor terciário, que é o mais problemático, pois é muito amplo e engloba atividades muito diversas e às vezes até discrepantes, como por exemplo um técnico de computadores e um vendedor de pipoca na rua. Nos países de terceiro

mundo, coexistem um setor terciário moderno e um setor terciário arcaico, diferente dos bastante especializados e normalmente com curso superior. Os setores terciários antagônicos no Brasil, são fruto do intenso crescimento urbano.

Hoje em dia, não são apenas os guardadores de carros nas ruas, os vendedores de semáforos, os vendedores ambulantes, os camelôs, os biscateiros, etc., que são pouco remunerados, o salário de um professor da rede estadual de ensino também ganha pouco.

Para quem mora na periferia dos grandes centros, o trabalho é um esforço sobre humano, o trabalhador é obrigado a gastar longos períodos no transporte, que esgotam seu organismo e desestruturam sua vida familiar, sem dizer que quase sem alimentação, a jornada fica mais difícil ainda, o que desencoraja o homem para o trabalho, pois é mais fácil sobreviver de “bico”, ou da delinqüência do que de salário mínimo.

Enfim, pode-se dizer que o desemprego é o estado de desocupação do empregado assalariado, apto ao trabalho e desejoso de exercê-lo, mas que está dispensado pelo empregador do lugar que ocupava e está incapaz de encontrar outro. Atinge também os indivíduos que pela primeira vez procuram ingressar no mercado de trabalho, em trabalho remunerado, sem contudo conseguí-lo e que se sujeitam ao subemprego, que provavelmente não atenderá as suas necessidades.

Como conseqüência do desemprego e subemprego os indivíduos são marginalizados e não têm a expectativa de um futuro melhor, engrossando a corrente dos insatisfeitos, dos favelados, daqueles que como meio de sobrevivência, tentam agredir a sociedade que os marginalizou, voltando-se contra a mesma de modo agressivo.

O desemprego é uma forma de violência, pois as nações do mundo livre, vitoriosas na 2ª Grande Guerra Mundial, através da Declaração

Universal dos Direitos Humanos, assinada em 10 de dezembro de 1948, declaram no seu artigo 23: “todo homem tem direito ao trabalho, escolha do emprego, à condições justas e favoráveis de trabalho e a proteção contra o desemprego”, portanto o empregador, ao admitir um empregado, não está lhe prestando um favor, mas cumprindo uma obrigação reconhecida pelo país quando subscreveu a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Será sempre oportuno recordar que assim como ninguém nasce violento, assim também o estado de indigência e de miséria, causados pelo desemprego e subemprego, são construções de um sistema social perverso.

CAPÍTULO III

A VIOLÊNCIA POLICIAL MILITAR

1 – O Vírus da Violência

Apesar do esforço nacional e internacional no sentido de garantir os direitos individuais e a busca insaciável de uma sociedade perfeita, equilibrada e justa, notamos que o fenômeno da violência vem se agravando em todos os países, inclusive tomando formas diferenciadas, qual vírus mutante.

Com a evolução do homem, o conceito de violência "constrangimento físico e moral; uso de força, coação (dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1988)", foi sofrendo modificações e se adequando aos novos tempos e hoje, como já nos referimos anteriormente. Nos deparamos com quadros que refletem novas cores da violência, tingidas pelos matizes da fome, do desemprego, do enfraquecimento das instituições sociais, do analfabetismo, do não atendimento das necessidades individuais e muitos outros que cotidianamente agredem a sociedade.

Assim. Perante este quadro melancólico, os homens vêm buscando, insistentemente, a construção de uma sociedade mais próxima da perfeição. Para tanto, em razão da nova ordem vigente, já citada nas declarações dos direitos humanos, o Estado tem por objetivo funcionar como fator de equilíbrio dos direitos individuais, protegidos e obrigados em quase todos os países do mundo.

Por isso, e por ser a Polícia Militar instrumento de execução do poder de Polícia, é que iremos analisar as distorções que ocorrem no desempenho funcional de suas atribuições.

2 – A História e a Violência Policial Militar

A Polícia brasileira originou-se, historicamente, da necessidade de disciplinar as relações sociais entre as pessoas nas cidades e, durante longo período, passaram a ser confundidas com a própria administração da cidade. Tomando as responsabilidades da administração, no tocante à elaboração das normas e suas conseqüentes aplicações, as Polícias, por delegação de competência dos governantes, passaram a se impor, muitas vezes, arbitrariamente, por explorar nas suas atuações os limites da lei.

Ao estudarmos este assunto é necessário aclarar-se a diferença existente entre a violência legal e a violência arbitrária. A primeira é um ato de força empregada em consonância com os diplomas legais e não se constitui abuso, excesso ou desvio do poder. Por vezes, a ação pode ser brutal. É constrangedora e coatora, mas, a finalidade da ação é a preservação do bem comum, mantendo-se incólume o ordenamento jurídico.

Para regular a matéria e reconhecendo que o homem, as vezes, precisa agredir para manter a sua vida ou a de terceiros, a lei penal estabelece a exclusão de ilicitude, conforme podemos ver no art. 23 do Código Penal Brasileiro:

"Não haver crime quando o agente pratica o fato:

- I – em estado de necessidade;
- II – em legítima defesa;

III – em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular do direito".

O citado artigo em seu parágrafo único prescreve que "o agente em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo", numa clara demonstração de que o legislador preocupou-se em coibir os abusos por parte do agente.

A violência arbitrária constitui-se no emprego de força física fora dos casos estabelecidos pela lei, ficando o autor da violência sujeito às normas dos Códigos Penal e Militar.

Entendida a diferença, é preciso reconhecer, em razão dos fatos, que existe o problema da violência por Policiais Militares e que esta é um dos componentes da violência urbana.

3 – Fatores Determinantes da Violência Policial Militar

A violência policial - militar deriva de causas variadas, concernentes à individualidade de cada homem, conforme a base biológica, a educação e o ambiente em que foi formado. Psicólogos e sociólogos concluem quanto à complexidade do assunto, afirmando ser difícil priorizar as causas mais importantes e a maneira mais eficaz de combatê-las, todavia, para os objetivos do nosso trabalho discriminaremos alguns fatores determinantes da prática violenta de policiais - militares.

3.1 – Preconceito Histórico

Houve tempo em que, a Polícia Militar foi criada e mantida a serviço dos governantes. Sua atuação quase sempre se pautava pela arbitrariedade e pela atitude violenta. Havia excessos de toda a natureza e as classes menos privilegiadas sofriam desmandos. Esta imagem moldou-se como preconceito, pois a sociedade passou a vê-la como representante da força e do poder em desfavor dos mais humildes.

"O jovem que entra para a organização - policial, já traz consigo bem arraigado o preconceito de que a Polícia é um mal necessário. Que é uma organização de brutamontes e de homens violentos.

Em verdade, a imagem distorcida, resultado de um preconceito hoje quase esmaecido, ainda concorre para o uso da violência por parte de alguns policiais que assimilam falsamente a essência da função policial". (KLINGER, 1987)

A Polícia Militar faz parte do mecanismo de controle social e tem sua missão constitucional no serviço preventivo. Uma vez rompido a ordem pública, ela é chamada para restaurá-la, originando aí a função repressiva e quase sempre o policial militar faz uso da força abusiva para a execução do serviço, gerando violência desnecessária.

3.2 – Complexos

Muitos indivíduos que conseguem ingressar na vida policial militar, são portadores de complexos de inferioridade, fraqueza, perseguição, etc. Esses, quando conseguem terminar o período de formação, podem tornar-se perigosos na medida em que a farda e a autoridade de que são investidos

venham a ser utilizadas como instrumentos para a superação dos problemas psicológicos pessoais.

O policial complexado facilmente apela para a violência, a truculência, a prepotência e a arrogância.

Não há como resistir às tensões, que fazem romper o equilíbrio, desmanda a brutalidade sempre nos mais fracos, como forma de superar suas deficiências e mostrar uma superioridade falsa e irracional.

É necessário estar equilibrado para equilibrar os outros. A cólera, o ódio, o egoísmo, o medo, os ciúmes, as suspeitas, etc., são emoções perigosas que podem deixar o homem enfermo. O policial militar, por ser o responsável pela preservação da ordem pública, por força da própria Constituição Federal, mais do que ninguém necessita de domínio sobre si mesma.

3.3 – Deficiência da Mão-de-Obra Recrutada

A seleção dos policiais militares é quase sempre realizada em determinado grupo de pessoas que não conseguiram colocação profissional em outro setor empregatício. Deste modo, são incluídas pessoas que não têm base social e psicológica, incapazes de entender o caráter de proteção e assistência próprias da profissão. Mesmo que o processo formativo seja estruturado e eficiente, não conseguirá adequar a pessoa àqueles objetivos da corporação porque há frágil estrutura psicológica, em simultaneidade com a necessidade de auto-afirmação imediata, frutos de uma educação deficiente e personalidade imatura.

O recrutamento é feito no seio da própria sociedade. Treinado e instruído para a preservação da ordem pública, o policial militar traz consigo

os defeitos de formação adquiridos quando de sua educação progressiva desde a infância. O período em que se aplica o treinamento e instrução não é suficiente para corrigir os vícios existentes, que poderão surtar a qualquer momento, gerando violência policial militar.

3.4 – Formação Deficiente e Cultura Organizacional

O Curso de Soldados é de curta duração e por falta de recursos pedagógicos condizentes, há mais instrução em sala de aula, com prejuízo para o ensino prático, que levaria ao treino e ao conhecimento da realidade como ela é. Esta realidade, no todo, só poderá ser conhecida quando o policial estiver no exercício da função, sujeito às circunstâncias e aos erros de informações comumente fornecidos pelos mais antigos, que não fogem dos hábitos já cristalizados.

"Desta forma, o jovem policial sai da escola e se depara com o praça velho, que entende a prática como única norma de conduta: a violência. O jovem perplexo, cheio de ideal e de bons ensinamentos vê-se ante a realidade de uma "praxis" policial ultrapassada, plena de violência. Às vezes, resiste, mas acaba engrossando a fileira dos violentos para não ser chamado de medroso ou fracote". (KLINGER, 1987)

Na verdade é uma parte da história da Polícia Militar já ultrapassada, onde a violência era questão de sobrevivência, o que hoje não mais se justifica.

Nos últimos três anos, o curriculum dos cursos para formação do policial militar tem sido reformulado, adequando-o às exigências da sociedade em constante evolução. A Inclusão de disciplinas relacionadas aos direitos da

criança e do adolescente e aos direitos humanos, não tem sido suficientes para erradicar a violência policial militar do seio da Corporação.

3.5 – Falta de Credibilidade na Justiça

Numa época em que os crimes, cada vez mais violentos, são praticados, na sua maioria, por grupos organizados, o policial militar, descreditando nos sistemas policial e penitenciário, põe-se a fazer justiça com as próprias mãos.

O policial que assiste vítimas indefesas sucumbirem ante as atrocidades dos delinqüentes, não suporta, se não tiver sólidos valores morais e éticos, passa a se achar no direito de ser defensor de todos.

Surge, então a síndrome de justiceiro, que faz com que o policial assuma o papel de juiz e executor, julgando-se no direito de arbitrar a sanção e aplicá-la.

Acontece com o policial que não possui uma personalidade firme e a exata compreensão do seu papel social, inclinar-se para o papel da crueldade contra delinqüentes sob sua custódia.

O policial militar na sua atividade em decorrência dos reflexos condicionados obtidos durante o treinamento, por vezes pode se sentir injuriado.

Considerando o Sistema de Segurança Pública, na complexidade de seus subsistemas, o policial militar deverá ser instruído quem nem sempre usando toda sua destreza técnica, encontra como reflexo a satisfação perante uma injustiça na qual seu envolvimento e responsabilidade dentro do seu subsistema, está plenamente satisfatório, não devendo esperar que o resultado

seja satisfatório em outros subsistemas. Para isto, terá ele que ser dotado de uma capacitação reflexiva gerando uma satisfação moral de dever cumprido, mesmo que exista insatisfação reflexa consequente da claudicação dos outros subsistemas. A sua missão se encerra quando a legalidade deixa de acompanhar seus atos.

3.6 - A Impunidade

O paternalismo exacerbado e a falsa idéia de “espírito de porco” faz com que, em alguns casos, a impunidade ocorra, servindo de estímulo para novas ações violentas.

A apuração criteriosa, honesta, coerente e racional, desestimula o grande mal da violência que tem desacreditado as corporações, tornando-se inconfiáveis pela população. Por seu turno o policial, punido por comportamento agressivo, sempre, pensa duas vezes antes de se tornar reincidente.

Ao contrário, ao proteger o truculento, o oficial está sendo conivente com a injustiça e negando o dever de zelar pela segurança da comunidade. A tomada de providências diante da violência arbitrária, representa uma barreira para os que tentam ingressar nessa prática nociva.

3.7 - Deficiência de Recursos Materiais

A deficiência de recursos materiais, além de tornar o homem insatisfeito, prejudica a operacionalidade e a eficiência na execução dos

serviços policiais, criando situações conflitantes que muitas vezes geram violência.

O policial militar, em razão desta de apoio e de recursos materiais vê-se diante de situação insegura que causa descontrole emocional, postura tensa e defensiva.

Viaturas de qualidade funcional inferior aos veículos que circulam na praça. Armas de repetição através da ação humana quando marginais usam armas automáticas. Falta de recurso orçamentário ordinário para manutenção adequada. Pouco treinamento de tiro por falta de munição. Falta de equipamentos para isolamento de local de crime, para iluminação no serviço noturno, inferiorizam o policial militar na prestação de seu serviço, gera estresse e possibilita o aumento da violência do dia a dia.

3.8 - O Estresse Policial

Falar em estresse na carreira policial significa incomodo entre seus integrantes, que foram formados e treinados para serem fortes e superiores a todas as circunstâncias.

No entanto, as queixas são constantes por partes dos profissionais da área de saúde dada a ocorrência de fatores psicológicos e físicos capazes de serem identificados como : temor, pesadelo, insônia, desejo de isolamento, ansiedade, depressão, insegurança, perda de controle, dificuldades sexuais, uso abusivo do álcool ou drogas, e suicídios.

O policial - militar, ao desempenhar suas tarefas, pode se tornar um estressado em razão da natureza do próprio serviço.

Sente-se fadigado e com sentimentos de angústia e períodos de depressão.

Além de problemas fisiológicos, o estresse produz mudança de atitude. A indiferença policial varia positivamente de acordo com a grande frustração no trabalho.

Em casa, o policial tende a “desligar” as emoções em relação à sua família levando-a a procurar relações em outros lugares.

Com os colegas, é sempre agressivo, impaciente e de difícil convivência.

Na rua, quando de serviço, os policiais podem estravar suas frustrações sobre os cidadãos com os quais se encontram..

A atividade policial militar tem características totalmente diferentes de outras funções e que determinam e a colocam entre as mais estressantes das profissões dos tempos modernos.

Enquanto outras profissões se caracterizam como estressantes, por fatores especificados e determinados, como exposição constante ao ruído (trabalhadores em pedreiras, aeronautas), ou a poluentes e contaminantes (mineradores, infectologistas), ou alterações emocionais constantes (operadores em bolsas de valores), ou contato com o público (telefonistas, balconistas) e outras, a atividade policial militar apresenta-se, pelo seu ecletismo e pelas próprias exigências da sociedade, como uma das mais estressantes, pois engloba diversificadas fontes de *stress* que se acumulam no profissional de polícia.

É patente e incontestável o fato de que a sociedade moderna está passando por uma modificação drástica nos conceitos de disciplina, respeito e liberdade. Sem entrar no mérito da validade dessa transformação e desses novos conceitos, temos que considerar como importante o choque que recebe o jovem que ingressa nos quadros da Polícia Militar ao ser obrigado a reformular todos os seus conceitos e adaptar-se aos novos padrões que lhe são impostos.

Nem sempre o jovem se ajusta ao novo ritmo, mas simplesmente se acomoda, para dar continuidade à carreira profissional que abraçou como opção de emprego ou por imposição dos pais.

Para absorver este conflito interno, aciona dispositivos internos de defesa que necessariamente são determinantes do *stress*.

Por mais frágil que seja a estrutura moral do indivíduo, o temor reverencial e o respeito intenso à autoridade impõem um constante estado de alerta para que não cometa erros na relação com o superior e não haja punição, que na vida militar tem um caráter extremamente degradante.

Ao terminar o período de formação básica, o policial militar, como coroamento de seu curso e para mostrar que internalizou os ensinamentos que lhe foram transmitidos, faz um juramento solene de cumprir seu dever “com o sacrifício da própria vida”. Se, por um lado esse juramento faz-se necessário e fundamental numa instituição em que o enfrentamento do perigo faz parte de sua rotina, por outro torna-se fator de inigualável geração de *stress*.

Desde o início de sua carreira, é o profissional instado a bem cumprir sua missão, sob pena de ser intensamente cobrado, não só por seus superiores como pelos próprios pares, companheiros que sofrem das mesmas exigências, mas num comportamento de autodefesa (altamente estressante) também execram a incompetência daquele que não cumpre o seu dever.

No auge do extremo estresse a tolerância à dor vai ao máximo (analgesia), o pulso e a pressão arterial alcançam níveis que, se sustentados por muito tempo, poderiam matar um homem ainda que muito saudável.

3.9- Desvalorização do Policial Militar

O homem é o fator fundamental para a vida e a consecução dos objetos de qualquer organização. Todavia, as preocupações relativas ao planejamento das atividades e ações fazem com que nossas corporações estejam voltadas mais para o público externo, deixando em plano inferior o interno, que, à custa de muito esforço pessoal, tentam solucionar as dificuldades profissionais, particulares e familiares.

Exigimos sempre mais, criamos tarefas novas, novos serviços, novas responsabilidades, encargos profissionais mais pesados, menos folga, caçamos férias, etc. Contudo, estamos pouco preocupados; que o seu serviço é nobre e indispensável.

Podemos ainda citar problemas comuns, mas atenuantes das falhas verificadas:

- Falta de assistência social;
- Falta de assistência jurídica;
- Falta de assistência religiosa;
- Baixos salários;
- Sobrecarga de serviço;
- Incentivo ao lazer.

O policial que considera sem importância a atividade que realiza, não se preocupa em apresentar rendimento positivo, podendo, com igual tranquilidade, praticar ações violentas e arbitrarias.

Demora na aprovação de seus direitos regulamentares, falta de reconhecimento dos bons serviços prestados (quando trabalha bem é sua obrigação) no pouco uso do elogio nos assentamentos pessoais, uma vez que não é possível pecuniariamente. Uso abusivo do regulamento quando de ações

inadequadas e quase sempre sem dar o peso ideal ao que foi dito pelo policial militar em sua defesa.

O regime de serviço gera desajuste familiares, pois submete o policial militar a horários alternados, com diversas flutuações e oscilações, alternando também o local de serviço e tipo de alimentação (geralmente lanche).

Um policial militar fez o seguinte desabafo: "... um dia o PM levanta cedo e não almoça; no outro, levanta tarde e não janta; no outro, almoça e janta, mas não dorme. Sem contar com o deita-levanta do serviço de guarda."

O presente desabafo serve para mostrar como é a rotina da Corporação. Estas são pressões que o policial militar carrega 24 horas por dia, durante 30 anos de carreira.

3.10- Rigidez Militar

A formação militar do policial, baseada numa escala hierárquica rígida onde a obediência de normas regulamentares não permite ponderações no cumprimento de ordens recebida pelos menos graduados, além da observação dos sinais de respeito e do trato amistoso entre superior e subordinado, faz com que o soldado seja a base de apoio de todas as implicações da vida militar. Ele é mandado e deve obediência a todos, porém, não tem a quem dar ordens ou exigir respeito.

Nessa circunstância, o policial militar, que é o maior agente executor na preservação da ordem pública, numa tentativa de extravasar as

tensões e recalques da vida militar, descarrega no cidadão civil a carga da sua agressividade, mediante a prática violenta.

A maneira brusca como o policial- militar muitas vezes é tratado por seus superiores, reflete-se intensamente nas relações com a coletividade.

Não podemos entender disciplina sem rigidez , entretanto os excessos não são aceitáveis. Não devemos esquecer que a sustentação da polícia Militar está montada na disciplina e na hierarquia, responsável e equilibrada .

4- A Violência Policial Militar e Seus Efeitos

4.1- Para a Corporação

A violência policial - militar é um fenômeno ante - polícia.

As ações de operações policiais militares destinam-se, principalmente, à manutenção da ordem pública, através do policiamento fardado, para o combate e não para a prática da violência. Assim é que se obtém o padrão desejável de tranquilidade pública. Caso contrário, se a polícia bate, espanca, ameaça , executa prisão arbitrária e mata, está promovendo insegurança e desordem na comunidade.

Daí , como consequência, surgiram inevitáveis problemas, a saber: *a reação odiosa da sociedade, o desprestígio , a desvalorização e a repulsa.* Isso tudo refletira na Corporação, no desrespeito, na desconfiança e no despreço por parte do povo.

A Polícia Militar, se temida, odiada e repudiada pelo povo, é uma Organização traidora da sociedade, que deixa de realizar sua atividade essencial, transfigurando-se bando fardado e, impropriamente, armado.

Passa a Organização a ser vista como “um mal necessário”, conglomerado de homens violentos, e brutamontes.

Essa imagem, distorcida da verdadeira e nobre missão policial de hoje, ainda concorre para o uso da violência por parte de alguns policiais, que não entenderam o seu papel na sociedade, como integrante responsável pela manutenção da ordem e da segurança pública.

4.2- No Público Interno

Muitas vezes a atitude violenta de alguns policiais reflete diretamente em todo o efetivo, a generalização bem comum dos meios de comunicação, atinge em cheio o moral da tropa.

Algumas vezes causam prejuízos internos financeiros e administrativos, pois, dependendo do caso, remanejamentos de urgência são feitos para unidades da capital e do interior, com objetivos de sanar problemas ou impedir que se agravem os existentes.

Também sofrem com as mudanças, policiais que são movimentados do interior para a capital ou vice-versa, sendo forçados a sair de onde já se encontravam instalados com suas respectivas famílias. Essas transferências redundam em sérios problemas sociais para o comando das unidades e para os próprios policiais-militares.

Em muitos casos, dependendo da gravidade da violência e suas circunstâncias, inibe-se o policial-militar às cistas da população que

demonstre temor e desconfiança na aproximação de policiais-militares, o que influi negativamente no desempenho funcional.

Ao tempo em que passa inibido, o policial - militar acovarda-se diante de algumas situações, com medo da opinião pública. Isso implica em prejuízo para a operacionalidade da Polícia Militar que, de certa forma, se sente também abatida com o ato e com a situação momentânea.

4.3- Na Opinião Pública

A repetição contínua e progressiva da conduta negativa de agentes policiais militares, provoca o clamor público, que conduz à repulsa. O quadro negro que daí se forma é alvo da observação, da análise e do julgamento social.

O indivíduo humano cria para si e para seus familiares o melhor, o mais puro e mais sagrado, não tolerando, neste plano, a violência, principalmente quando por ela afetado. Ele critica, protesta, não cala. A imprensa o ajuda na divulgação e especulação dos fatos, formando o pensamento coletivo.

A Opinião pública, em nossos dias, clama por menos arbitrariedades dos organismos de segurança, que se encontram à beira da deteriorização e desvalorização, em todos os sentidos.

As pessoas sabem que a existência policial é para garantir e proteger e que elas tendem a ficar do lado daqueles que são tidos como vítimas.

A violência não pode ser usada como instrumento de trabalho. O seu emprego produz efeitos negativos junto à opinião pública, desgastando a

imagem da Polícia Militar, que depende do prestígio da comunidade a que serve.

O tratamento descortês traz insatisfação, aborrecimentos e queda da capacidade de trabalho.

A opinião pública espera que a Polícia Militar cumpra com a sua parte na sociedade, e que o mau policial não tenha lugar na Corporação.

4.4 – Repúdio e Temor à Polícia Militar pela Sociedade

A sociedade moderna, diante dos avançados recursos tecnológicos, não pode aceitar a existência de uma Polícia Militar estagnada, despreparada, arbitrária, e estúpida, ao contrário, ela quer se sentir segura mediante a ação da Polícia Militar eficaz, podendo satisfazer suas necessidades básicas de felicidade e progresso.

A realidade de hoje é de iminente e perigosa separação entre o povo e a Polícia Militar. A violência, chaga cancerosa que denigre a imagem da Corporação, tem provocado esse distanciamento, visto que a sociedade já não confia, não admira, nem respeita a Polícia Militar, simplesmente teme.

Seus propósitos de oferecer tranquilidade, paz e harmonia à sociedade, vêm há muitos se confundindo com a criminalidade e caindo no descrédito total.

É, indiscutivelmente a parte mais visível e atacada do sistema, por atos isolados e praticados por policiais militares, insensatos e impróprios ao serviço de segurança pública; mas que não representam a Polícia Militar um serviço digno e eficiente na manutenção da ordem pública.

5. Exemplos de Fatos Violentos em Goiânia-Go

Os fatos citados a seguir foram retirados de notícias veiculadas em jornais de Goiânia. Todos os casos foram alvos de procedimentos investigatórios instaurados para elucidar como se deram os fatos e determinar a autoria. Não foi levantada a legalidade ou ilegalidade das ações dos policiais militares, de serviço ou de folga, uma vez que se destina simplesmente a demonstrar a violência dos fatos narrados.

Exemplo 01

O chapa Ananias Felix Dias, 50 anos, foi morto com um tiro no abdômen desferido pelo sargento Anardino Donizete Vieira, lotado no 9º BPM e que comandava a viatura 1056 da Polícia Militar. Fato ocorrido em abril de 1997 (Anexo 01).

Exemplo 02

O estudante Bruno Pires Vieira, 15 anos, foi espancado por policiais militares do 7º BPM e forçado a engolir os três brincos que, como vários adolescentes, usava na orelha. Guarnições de três viaturas foram as responsáveis, tendo sido identificado duas delas, com os números 982 e 578. Fato ocorrido em março de 1997 (Anexo 02).

Exemplo 03

O soldado PM identificado como Eudes, de folga, às 04:00 horas da manhã, matou com um tiro pelas costas, no bar Sem Nome, situado na rua Agenor Caldas, o comerciante Gilmar Faleiros Salgado, de 32 anos. Fato ocorrido em abril de 1997 (Anexo 03).

Exemplo 04

O soldado PM Cleber Rosa de Oliveira, é acusado de ter matado o menor Walterson Cândido Pires, que era menino de rua. O Fato se deu em uma residência no centro de Goiânia para onde o menor fugiu, correndo dos PMs que o perseguia. Fato ocorrido em janeiro de 1998 (Anexo 04)

Exemplo 05

O estudante Leandro Valentim dos Santos, 14 anos, foi morto com um tiro na cabeça, depois de espancado por um policial militar ainda não identificado. O fato aconteceu após o menor agredir verbalmente o motorista e os passageiros de um ônibus urbano em que viajavam. Fato ocorrido em agosto de 1998 (Anexo 05).

Exemplo 06

O soldado Wanderley do Prado Silva é acusado da morte do professor de educação física, Marcelo Sanford Fontenelle, no bar Vira Copos na vila Pedroso, onde tomavam cervejas. Policiais militares acionados para

irem na ocorrência são acusados de terem permitido a fuga do soldado. Fato ocorrido em julho de 1998 (Anexo 06).

Exemplo 07

Jurandir Correa da Silva acusou o soldado PM Ivan Domingos da Silva, de tê-lo espancado, causando-lhe lesões corporais, após ter sido acusado de estar armado ilegalmente, fato negado pela vítima. Ocorrido em outubro de 1998 (Anexo 07).

Exemplo 08

O sargento PM Janivaldo Severino Borges matou com dois tiros Sidney de Jesus Pereira, que discutia com o vizinho e ao ser abordado reagiu agredindo o sargento. Fato ocorrido em janeiro de 1999 (Anexo 08).

Exemplo 09

O cabo PM Denner Rubens de Sousa e o soldado PM Arlindo José dos Reis, são acusados de matar o braçal Ronaldo Ferreira Lopes, 21 anos e o estudante Divanildo da Cunha Silva, 19 anos. Os dois policiais militares foram denunciados por outro policial militar que trabalhava junto na mesma guarnição. O crime se deu sem nenhum motivo aparente. Fato ocorrido em agosto de 1999 (Anexo 09).

Exemplo 10

Em um troca de tiros, Wender Rocha Mendanha, 24 anos, vulgo Rabinho, foi morto por policiais militares da tropa de choque. Rabinho era procurado há vários meses e reagiu a ordem de prisão. Fato ocorrido em julho de 2000 (Anexo 10).

Exemplo 11

Dois assaltantes de Banco são mortos e mais dois são feridos e presos por policiais militares. O fato se deu quando os assaltantes após invadir e roubar uma agência bancária, empreenderam fuga e reagiram a abordagem dos policiais militares. Fato ocorrido em maio de 2000 (Anexo 11)

CAPÍTULO IV

NÚMEROS DA VIOLÊNCIA POLICIAL MILITAR EM GOIÂNIA

1. Estatística de Violência Policial Militar na Cidade de Goiânia-GO., nos anos de 1997 a maio de 2000.

A fim de acompanhar o desenvolvimento da violência policial militar em Goiânia, foram colhidos e trabalhados dados estatísticos junto a Corregedoria Policial Militar. Tais dados foram observados de maneira separada, deixando fatos ocorridos durante a execução do serviço policial militar e aqueles cometidos por policiais militares em seu horário de folga. A punição disciplinar quando aplicada, não interferiu no andamento do procedimento que conforme o caso requeria foram encaminhados a Auditoria da Justiça Militar. Ainda que saibamos a extensão do termo violência destacamos apenas quatro tipos de ocorrências para tabular, sendo elas: homicídio, lesão corporal, agressão e ameaça.

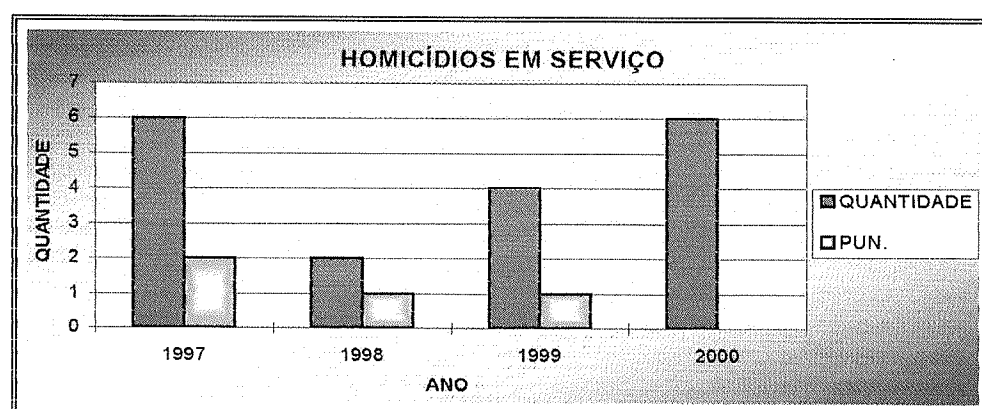
Constata-se um alto índice na incidência de violência, ainda que tenha se mantido praticamente no mesmo nível, quando comparadas ano a ano, com exceção das agressões praticadas por policiais militares em seu horário de folga, onde se observa um aumento de 100% de 1997 para 1998, ainda que no mesmo caso tenha havido uma diminuição de 50% de 1998 para 1999.

Para o homicídio praticado durante o serviço, dado ao número de casos ocorridos até o mês de julho de 2000, caminha-se para uma projeção de 100% de aumento no índice em relação a 1999.

Para que se tenha uma noção da violência policial militar, providenciou-se ainda nesta estatística, os mesmos dados praticados pela população civil, onde na comparação proporcional chegou-se a conclusão que para cada homicídio praticado por civil, a polícia militar comete doze; para cada lesão corporal por civil, a polícia militar comete quatro, sendo que apenas no quesito agressão o número fica mais baixo para a PM que comete 01 para cada 1,6 cometido por civil. As tabelas e gráficos a seguir demonstram claramente a evolução aqui apresentadas para todos os dados a seguir.

Figura 01: Homicídios praticados durante o serviço por Policiais Militares, na cidade de Goiânia, de 1997 a maio de 2000.

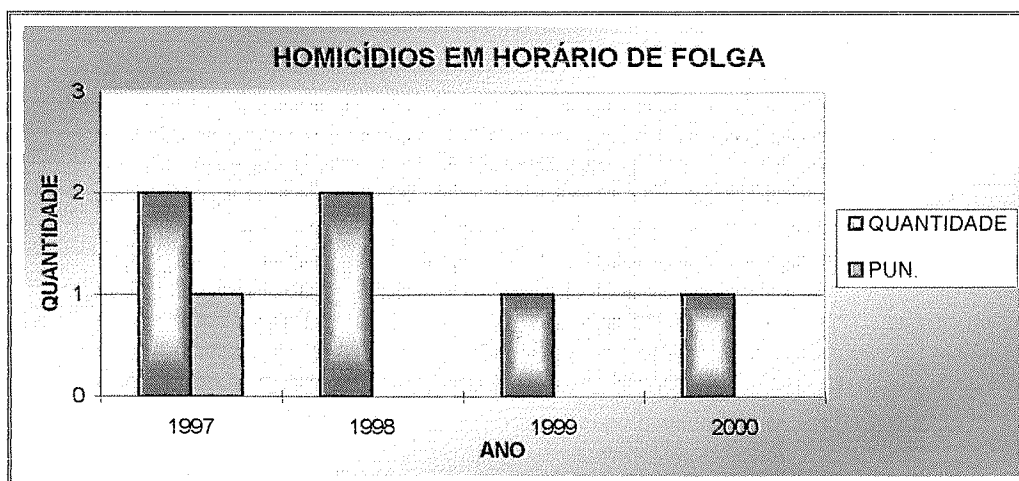
ANO	QUANTIDADE	PUN. DISCIPLINAR
1997	6	2
1998	2	1
1999	4	1
2000	6	0



Fonte: Corregedoria PMGO/2000

Figura 02: Homicídios praticados no horário de folga por Policiais Militares, na cidade de Goiânia, de 1997 a maio de 2000.

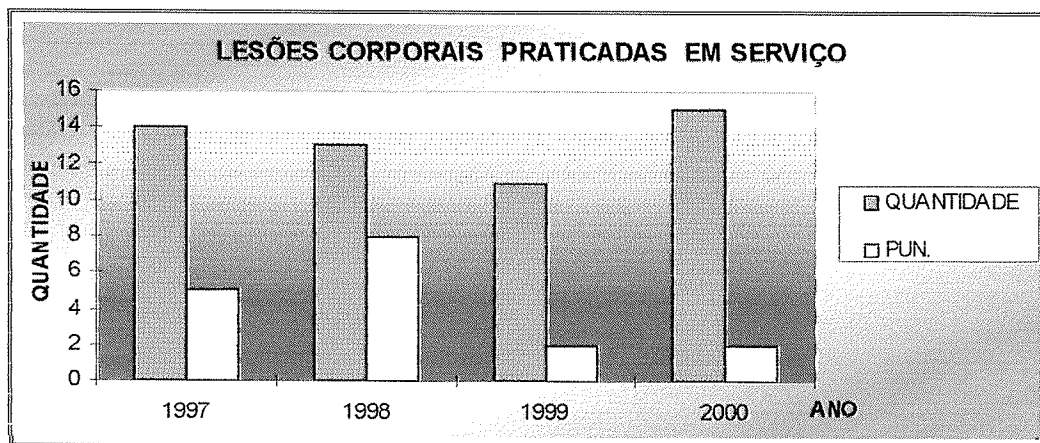
ANO	QUANTIDADE	PUN. DISCIPLINAR
1997	2	1
1998	2	0
1999	1	0
2000	1	0



Fonte: Corregedoria PMGO/2000

Figura 03: Lesões Corporais praticadas durante o serviço por Policiais Militares, na cidade de Goiânia, de 1997 a maio de 2000.

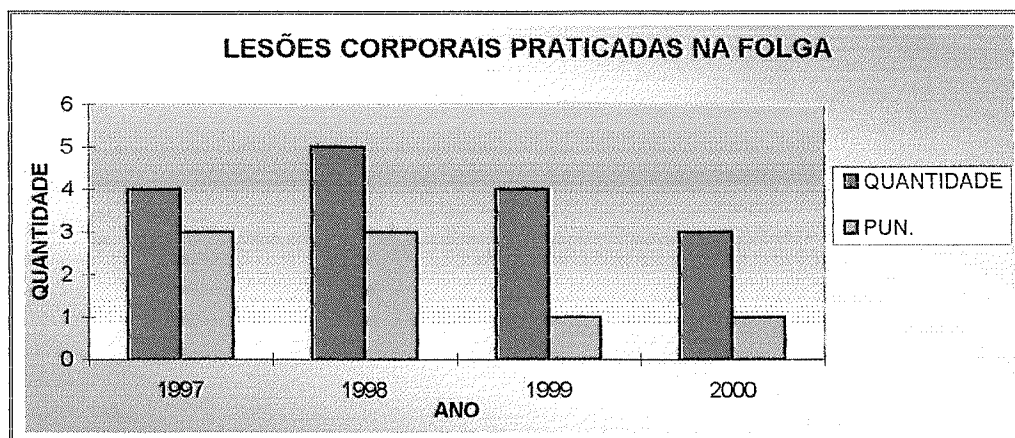
ANO	QUANTIDADE	PUN. DISCIPLINAR
1997	14	5
1998	13	8
1999	11	2
2000	15	2



Fonte: Corregedoria PMGO/2000

Figura 04: Lesões Corporais praticadas no horário de folga por Policiais Militares, na cidade de Goiânia, de 1997 a maio de 2000.

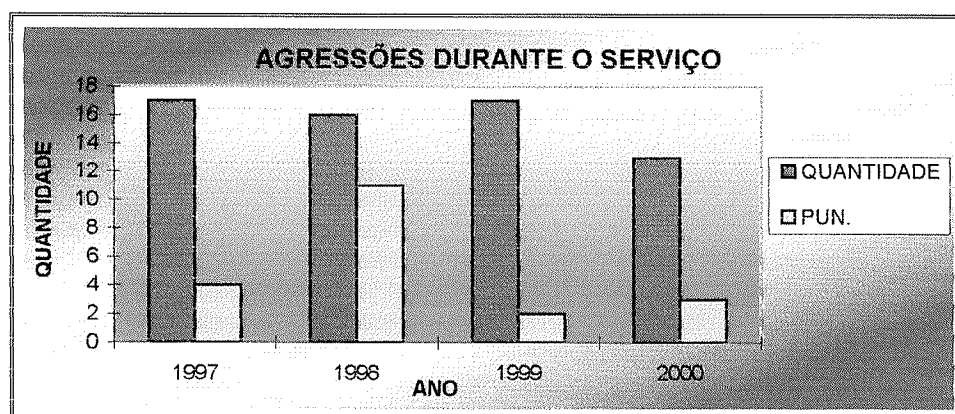
ANO	QUANTIDADE	PUN. DISCIPLINAR
1997	4	3
1998	5	3
1999	4	1
2000	3	1



Fonte: Corregedoria PMGO/2000

Figura 05: Agressões praticadas durante o serviço por Policiais Militares, na cidade de Goiânia, de 1997 a maio de 2000.

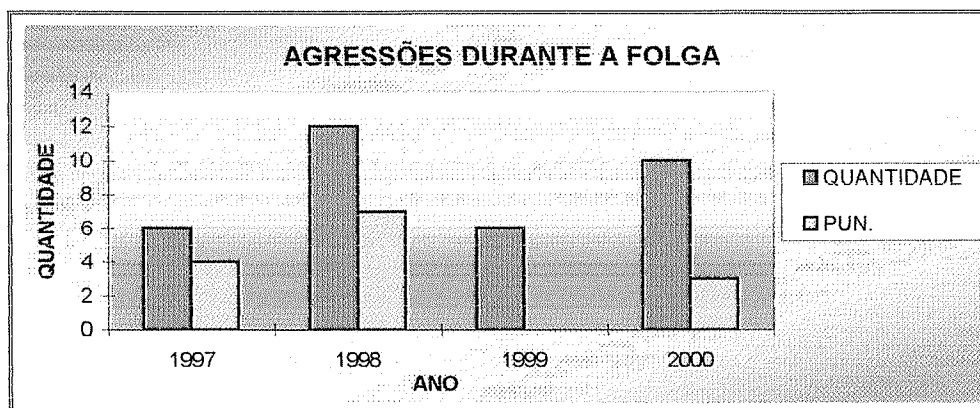
ANO	QUANTIDADE	PUN. DISCIPLINAR
1997	17	4
1998	16	11
1999	17	2
2000	13	3



Fonte: Corregedoria PMGO/2000

Figura 06: Agressões praticadas no horário de folga por PMs, na cidade de Goiânia, de 1997 a maio de 2000.

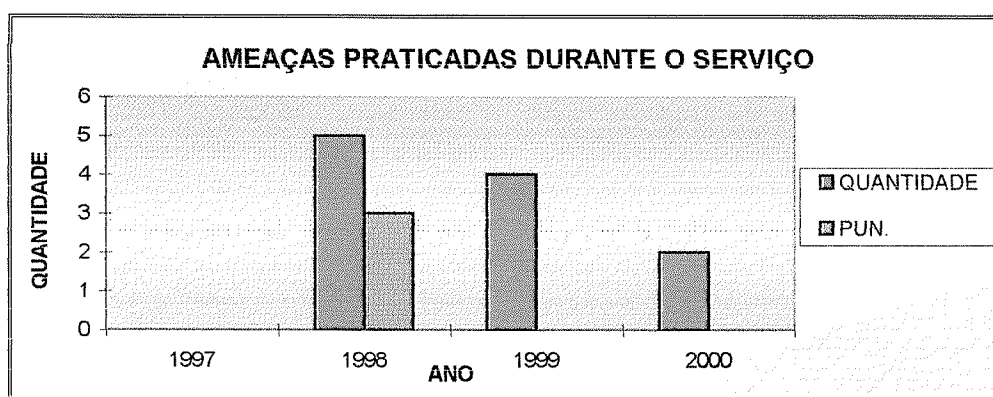
ANO	QUANTIDADE	PUN. DISCIPLINAR
1997	6	4
1998	12	7
1999	6	0
2000	10	3



Fonte: Corregedoria PMGO/2000

Figura 07: Ameaças praticadas durante o serviço por Policiais Militares, na cidade de Goiânia, de 1997 a maio de 2000.

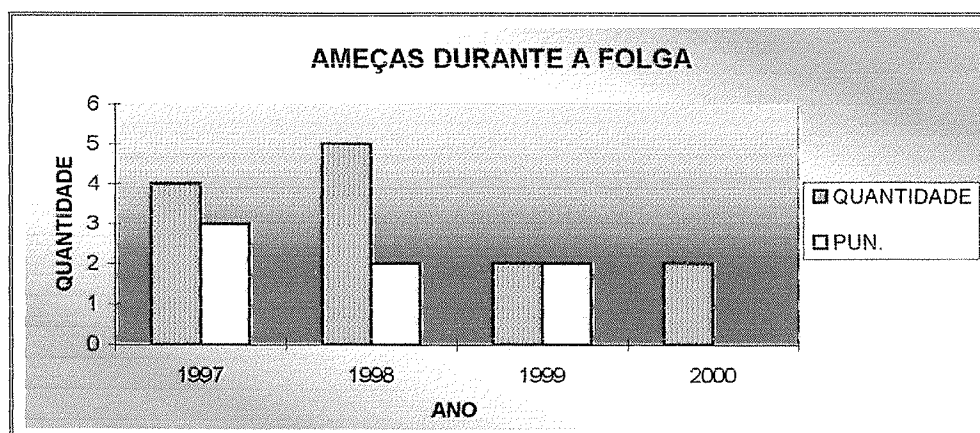
ANO	QUANTIDADE	PUN. DISCIPLINAR
1997	0	0
1998	5	3
1999	4	0
2000	2	0



Fonte: Corregedoria PMGO/2000

Figura 08: Ameaças praticadas no horário de folga por Policiais Militares, na cidade de Goiânia, de 1997 a maio de 2000.

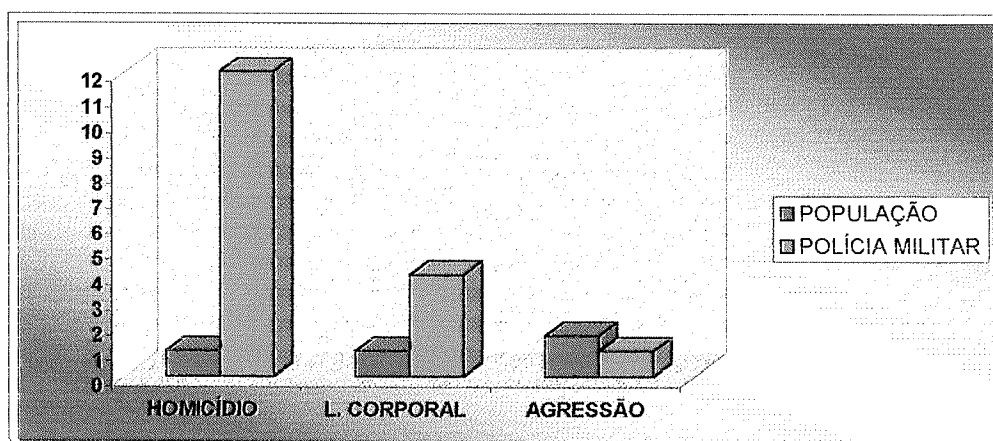
ANO	QUANTIDADE	PUN. DISCIPLINAR
1997	4	3
1998	5	2
1999	2	2
2000	2	0



Fonte: Corregedoria PMGO/2000

Figura 09: Análise de percentual de violência entre a PM e a população de Goiânia-Go, nos anos de 1.997 a maio de 2000.

NATUREZA	POPULAÇÃO	POLICIA MILITAR
HOMICÍDIO	1	12
LESÕES CORPORAIS	1	4
AGRESSÃO	1,6	1



Fonte: Corregedoria PMGO CAO/2000

2- Aplicação e Análise da Pesquisa de Campo no Público Externo.

Para verificar a disposição da população civil em denunciar as violências sofridas, por ocasiões de ocorrência onde houve a participação efetiva da polícia militar, foi aplicado um questionário plenamente elaborado, levado a efeito através de abordagem direta a seiscentas pessoas, escolhidas aleatoriamente pelos auxiliares de pesquisa. A abordagem foi executada na área central de Goiânia, terminais urbano de passageiros Padre Pelágio, Novo Mundo e Isidória, sendo levantado o bairro onde reside o abordado e seu grau de escolaridade.

Constatou-se que 62% das pessoas entrevistadas e que sofreram algum tipo de violência praticadas por policiais militares tiveram medo de denunciar a agressão sofrida, e do total abordado, 55 % acham a PM na cidade Goiânia muito violenta e 80 % acham que a PM precisa melhorar o serviço profissional que executa.

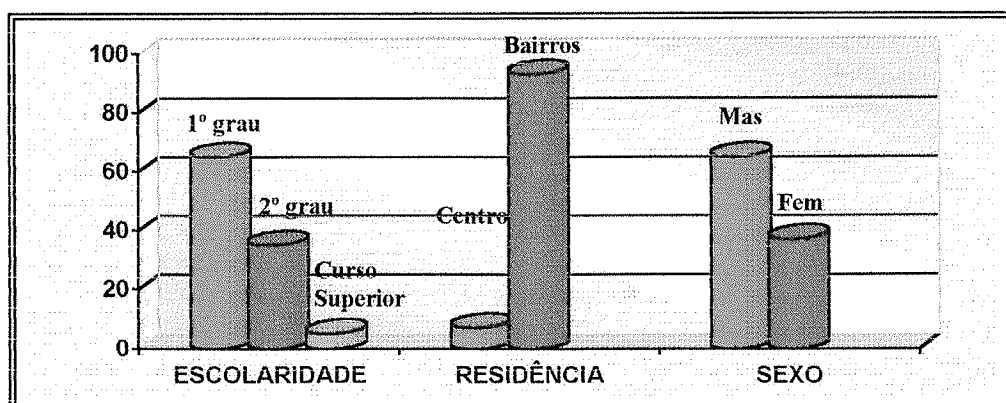
Quando perguntado o motivo do PM agir com violência por ocasião das ocorrências, 36 % acha que o PM está mal preparado para a profissão, 34% acha que o PM pensa que está acima da lei, 16% atribuem a violência policial militar em Goiânia ao fato do PM estar diariamente lidando com ela, passando a ser uma rotina. Ainda 14% tem o parecer que o PM comete atos de violência porque acha que não vai ser punido.

Das pessoa que sofreram algum tipo de violência por parte de policiais militares e denunciaram o fato, 78,6% o fizeram na corregedoria da PM e 21,4% na imprensa.

Os dados aqui apresentados são demonstrados nos gráficos e tabelas que se seguem:

Figura 10: Tabela e gráfico de dados diversos da população pesquisada.

ESCOLARIDADE		BAIRRO ONDE MORA		SEXO	
1º Grau	64 %	Centro	8 %	Masc	65 %
2º Grau	32 %	Bairros	92 %	Fem	35 %
C. Superior	4 %				

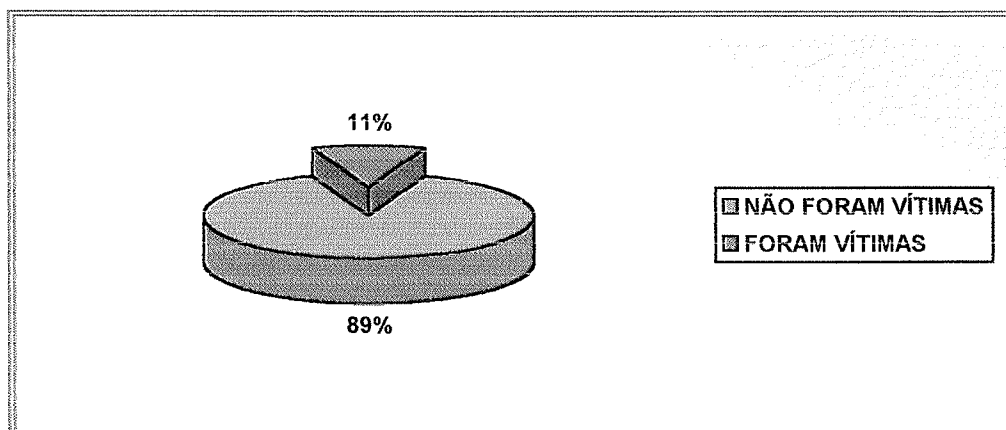


Fonte: Dados Pesquisados CAO/2000

1. Você já foi vítima de violência policial militar nesta Capital, nos últimos três anos?

- 11 % Sim
- 89 % Não

Figura 11: Gráfico das pessoas que sofreram algum tipo de violência policial militar nesta capital, nos últimos três anos.

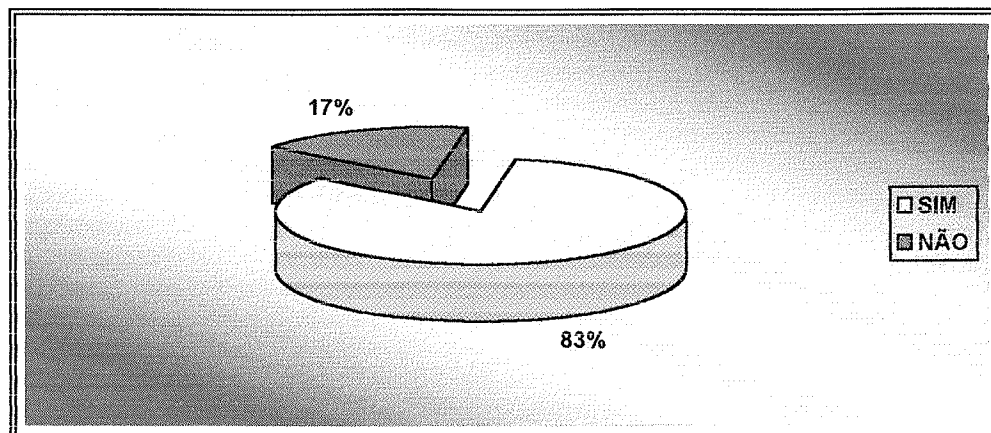


Fonte: Dados pesquisados CAO/2000

2. Você tem algum parente que já sofreu agressão por parte de algum policial militar?

- 17 % Sim
- 83 % Não

Figura 12: Gráfico das pessoas que possuem parente que sofreu agressão policial militar nesta capital, nos últimos três anos.

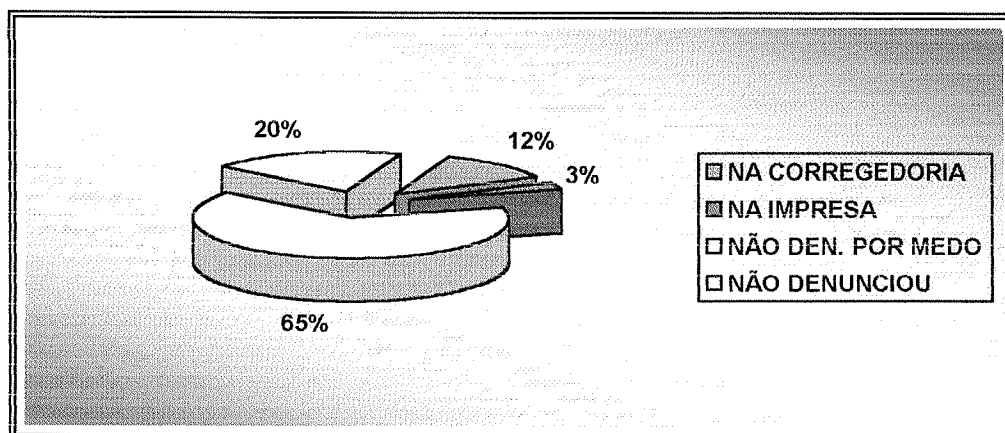


Fonte: Dados pesquisados CAO/2000

3. Em caso de ter sido vítima de violência policial, você denunciou o fato;

- 12 % Na Corregedoria de Polícia Militar
- 3 % Na Imprensa
- 65 % Não denunciou por medo do Policial Militar
- 20 % Simplesmente não denunciou

Figura 13: Gráfico das pessoas que após sofrer algum tipo de violência policial militar nesta capital, denunciaram o fato.

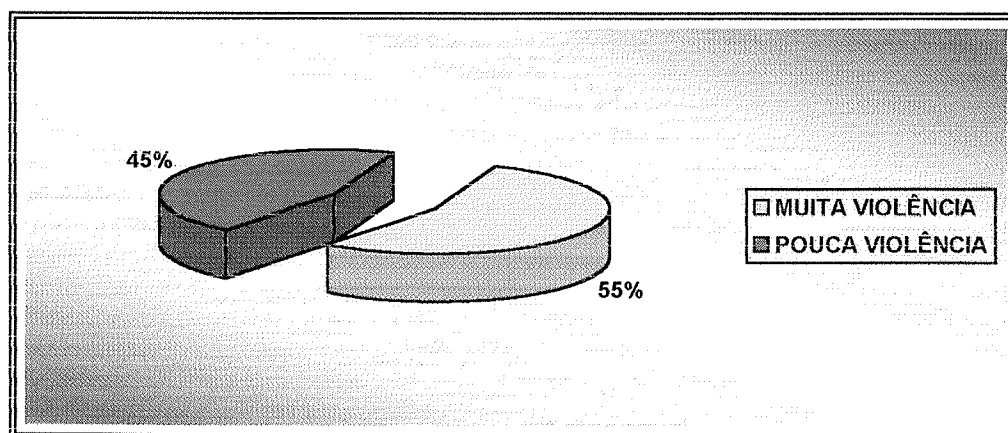


Fonte: Dados pesquisados CAO/2000

4. No seu entendimento, o policial militar na cidade de Goiânia:

- 55 % Comete muita violência
- 45 % Quase não comete violência

Figura 14: Gráfico do que pensa a população referente a violência policial militar.

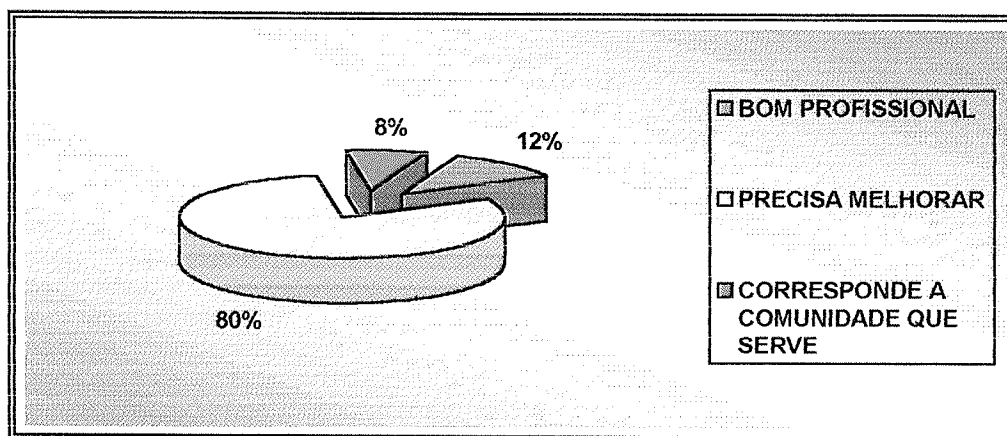


Fonte: Dados pesquisados CAO/2000

5. Você considera o policial militar desta Capital:

- 12 % Um bom profissional
- 80 % Um profissional que precisa melhorar muito
- % Um profissional que corresponde à comunidade que serve.

Figura 15: Gráfico do que pensa as pessoas a respeito do grau de profissionalismo do policial militar, na cidade de Goiânia.

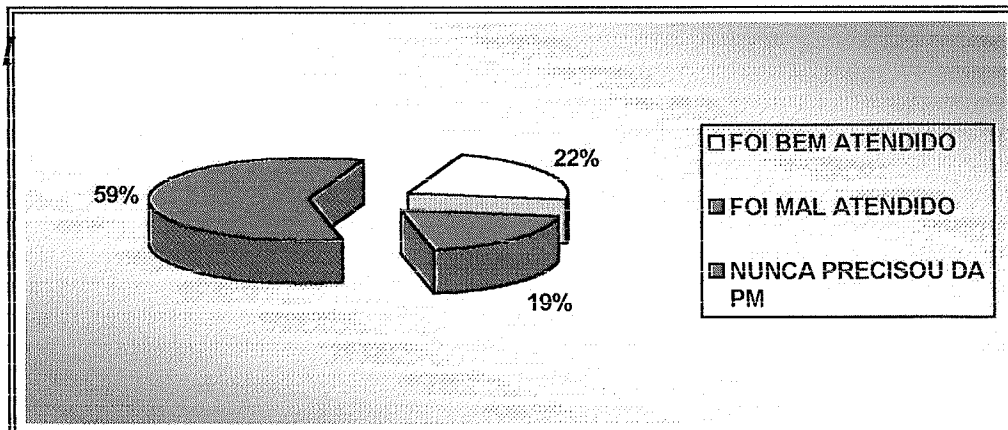


Fonte: Dados pesquisados CAO/2000

6. Você algum dia já precisou do auxílio ou ajuda por parte da PM:

- 22 % Sim, Foi bem atendido
- 19 % Sim, foi mal atendido.
- 59 % Nunca precisou da PM.

Figura 16: Gráfico das pessoas que já precisou algum dia do serviço da Polícia Militar e o atendimento prestado.

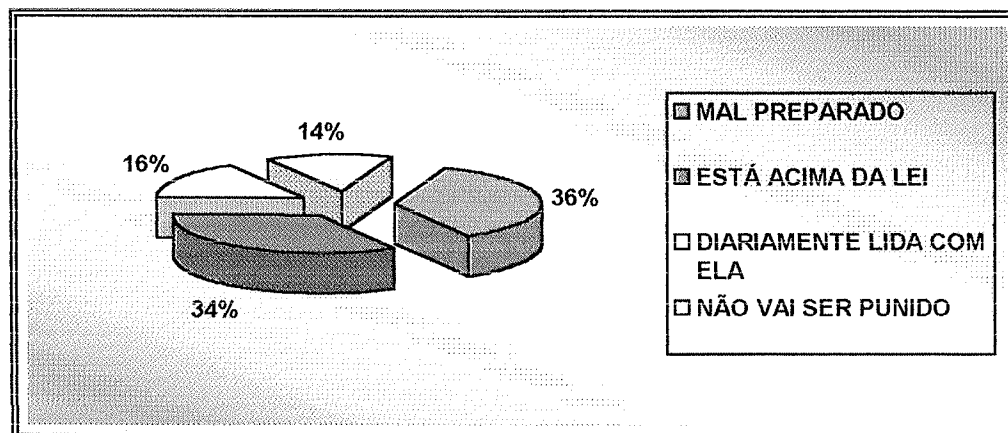


Fonte: Dados pesquisados CAO/2000

7. Qual o motivo da PM as vezes agir com violência?

- 36 % Porque está mal preparado para profissão
- 34 % Porque acha que está acima da lei (Super homem)
- 16 % Porque está lhe dando diariamente com a violência
- 14 % Porque acha que não vai ser punido

Figura 17: Gráfico do que pensa as pessoas, na cidade de Goiânia, do motivo que leva alguns PMs a cometerem violência.



Fonte: Dados pesquisados CAO/2000

3- Aplicação e Análise da Pesquisa de Campo no Público Interno

Com a finalidade de avaliar as intenções dos Policiais Militares na cidade de Goiânia-GO, no atendimento das ocorrências policiais militares, foi aplicada uma pesquisa de campo, cuja amostragem da população (240 sujeitos) selecionada aleatoriamente, entre os Policiais que atuam na prestação de serviço da atividade fim da Corporação (Policiamento) no 1º BPM, 7º BPM, BPMTrân, RPMont, BPMChoque, visando verificar os aspectos emocionais como: o da pena, o da passividade e o da raiva.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de uso de questionário único contendo 10 perguntas fechadas, a fim de verificar em que grau ou percentual ocorrem os fenômenos psíquicos acima mencionados.

Tal questionário foi intencionalmente formulado de maneira à retratar os três expoentes emocionais, sendo que, nas alternativas “a” e “c” estão expressas propostas condizentes com as emoções; *submissão -pena ()* “a” e *sobreposição - raiva ()* “c” e as *equilibradas - passividade ()* “b”.

A seguir, será apresentado e comparado cada tópico de cada quesito respondido.

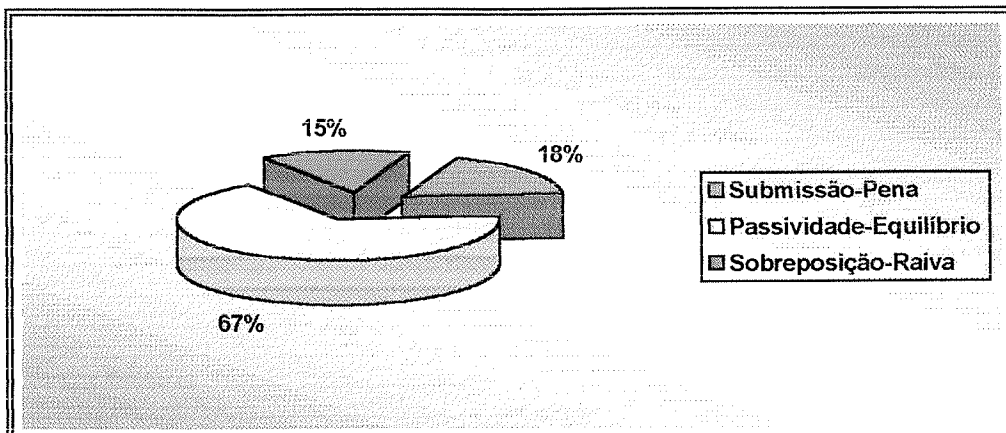
3.1- Análise Questionário Reações Emocionais

1 - No atendimento a uma ocorrência qual o sentimento que lhe desperta a vítima?

- A - 18% se penaliza pelo problema da vítima
- B - 67% fica indiferente ao problema da vítima
- C - 15 % se indigna com o problema da vítima

Os dados acima estão demonstrados na figura 18.

Figura 18 - Gráfico do sentimento do Policial Militar em relação à vítima no atendimento de uma ocorrência



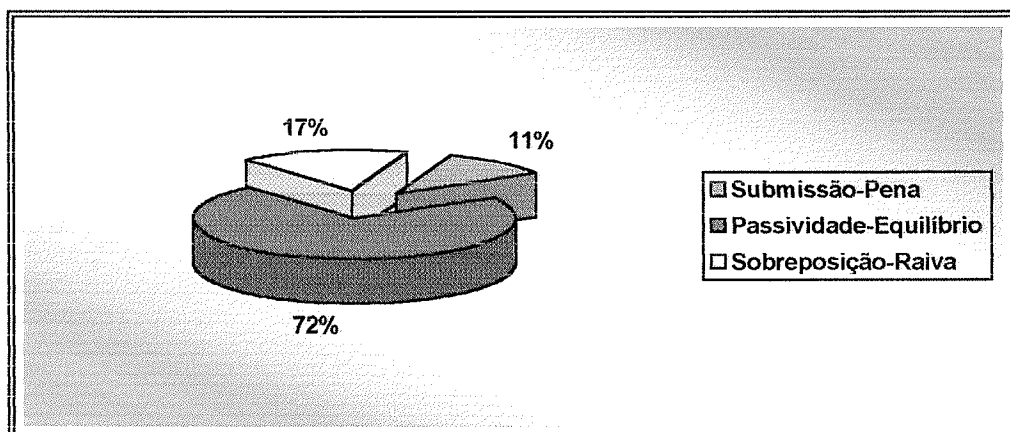
Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

2 - No atendimento de uma ocorrência qual o sentimento que lhe desperta o agressor?

- A - 11% se penalizam pelo castigo que o agressor vai enfrentar
- B - 72% não se importam com a situação do agressor
- C - 17% se sentem no dever de castigar o agressor

Os dados acima estão demonstrados na figura 19.

Figura 19 - Gráfico do sentimento do Policial Militar em relação ao agressor no atendimento de uma ocorrência



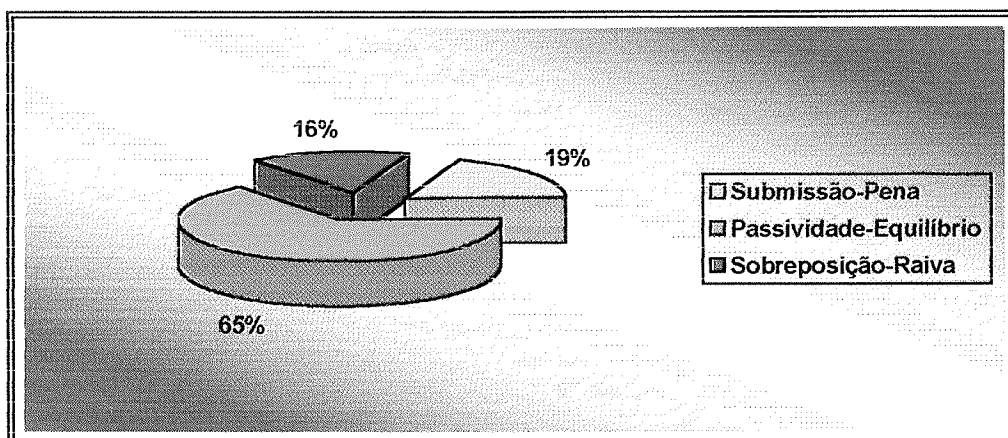
Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

3 - Em uma ocorrência onde houve troca de tiros e o Policial Militar alvejou o meliante de modo letal, ocorre que:

- A – 19 % sentem por tirar-lhe a vida
- B – 65 % entendem que fizeram o melhor possível
- C – 16 % entendem que cumpriram seu objetivo

Os dados acima estão demonstrados na figura 20.

Figura 20 - Gráfico do sentimento do Policial Militar em uma ocorrência onde houve troca de tiros e o meliante veio a óbito



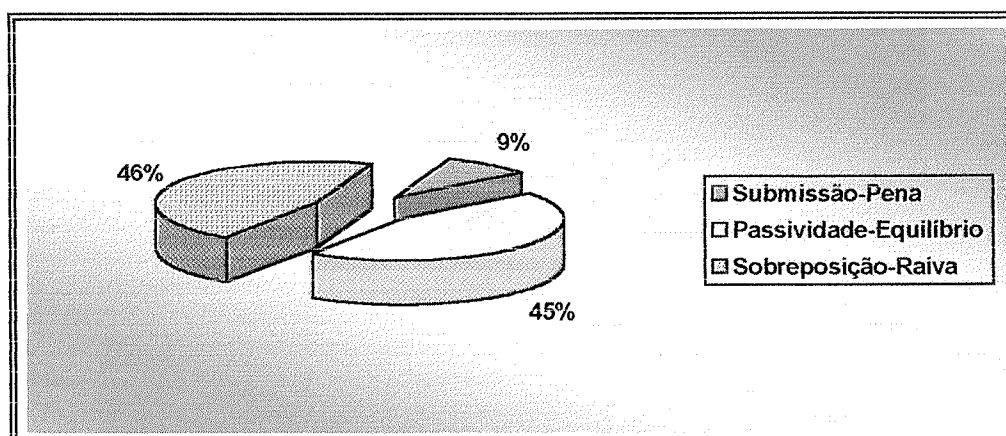
Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

4 - O que você entende por bem sucedido no atendimento de uma ocorrência?

- A - 9 % não tomar a iniciativa dependendo da dificuldade
- B - 45 % fazer o melhor independente do resultado
- C - 46 % ter uma resposta positiva mesmo que para isto tenham que usar força

Os dados acima estão demonstrados na figura 21.

Figura 21 - Gráfico do que o Policial Militar entende como bem sucedido no atendimento de uma ocorrência



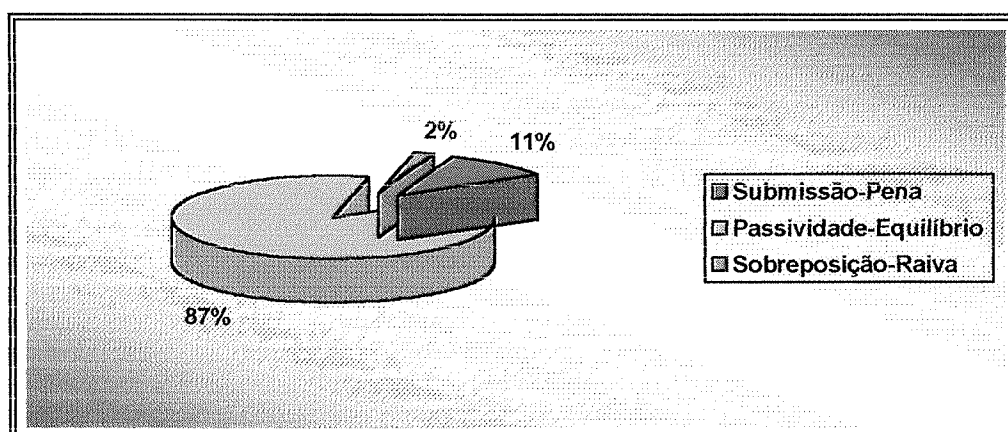
Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

5 - Qual o sentimento que lhe desperta quando bem sucedido no atendimento de uma ocorrência?

- A - 11 % nenhum sentimento pois faz parte da rotina
- B - 87 % satisfação por ter cumprido a obrigação
- C - 2 % fica eufórico pelo sucesso obtido

Os dados acima estão demonstrados na figura 22.

Figura 22- Gráfico do sentimento do Policial Militar quando bem sucedido no atendimento de uma ocorrência



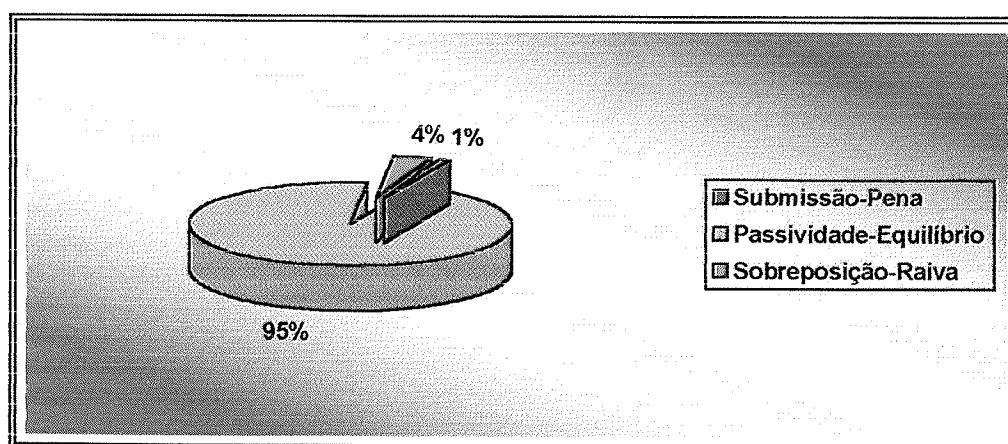
Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

6 - No atendimento de uma ocorrência grave que atitude espera do seu parceiro?

- A - 1 % valentia tomando a dianteira na situação
- B - 95 % estimulação à participação conjunta
- C - 4 % expectativa esperando a sua ação

Os dados acima estão demonstrados na figura 23.

Figura 23 - Gráfico do que espera o Policial Militar do seu parceiro no atendimento de uma ocorrência grave



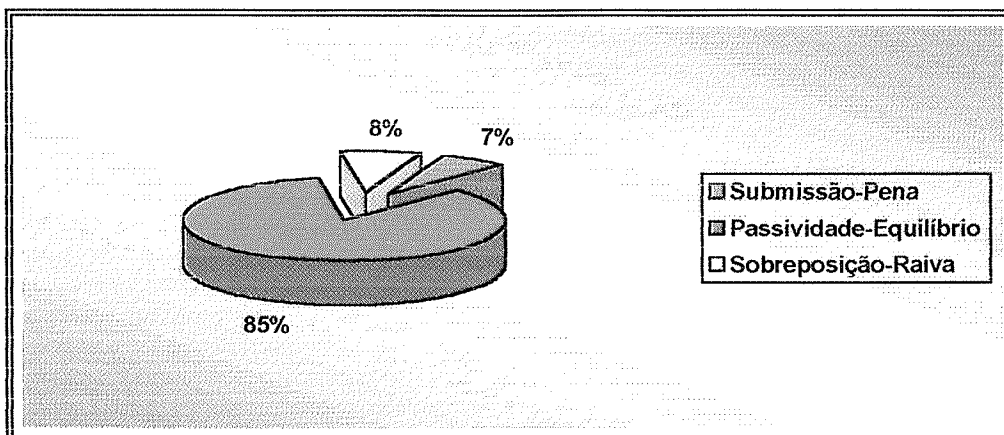
Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

7 - No momento do atendimento de uma ocorrência grave o que espera de seu superior imediato?

- A - 7 % que assuma totalmente a ocorrência
- B - 85 % que lhe apoie orientando dentro das necessidades
- C - 8 % que observe o desenrolar dos fatos sem interferência, orientando posteriormente se necessário

Os dados acima estão demonstrados na figura 24.

Figura 24 - Gráfico do que espera o Policial Militar de seu superior no atendimento de uma ocorrência grave



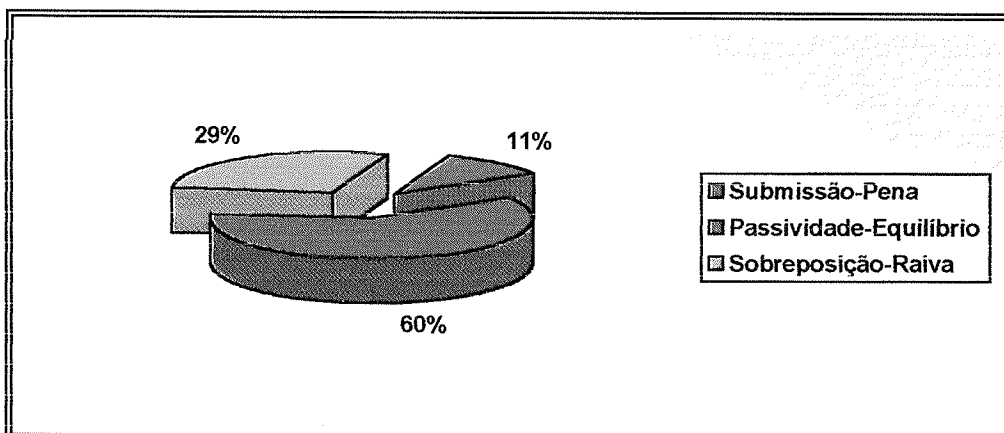
Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

8 - O que acha da punição quando mal interpretado na solução de uma ocorrência?

- A - 11 % aceita pois faz parte do sistema
- B - 60 % utilização de seus direitos para fazer valer a sua solução
- C - 29 % revolta-se por entender que deveria ser melhor compreendido

Os dados acima estão demonstrados na figura 25.

Figura 25 - Gráfico do entendimento do Policial Militar quando punido em razão do atendimento de uma ocorrência



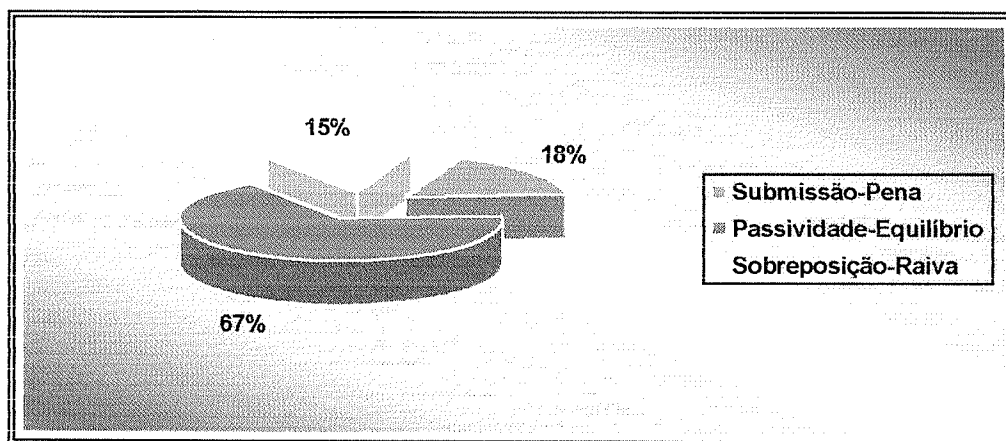
Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

9 - O que você acha do elogio quando bem sucedido no atendimento de uma ocorrência?

- A - 6 % não é necessário
- B - 18 % se ocorre a um fato natural
- C - 76 % incentivo a acertar sempre

Os dados acima estão demonstrados na figura 26.

Figura 26 - Gráfico do que pensa o Policial Militar do elogio quando bem sucedido no atendimento de uma ocorrência



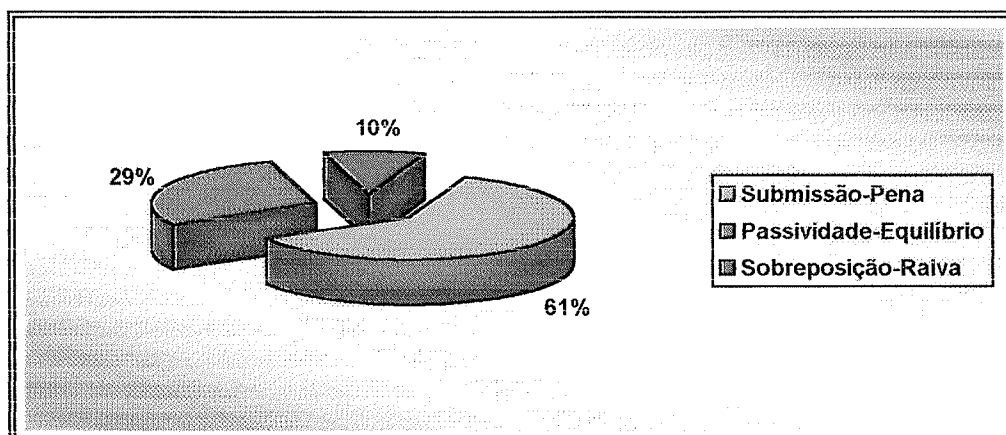
Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

10 - Na abordagem de uma ocorrência, qual a imagem que você pretende passar como Policial Militar?

- A - 41% boa
- B - 44% flexível
- C - 15% dura

Os dados acima estão demonstrados na figura 27.

Figura 27 - Gráfico da imagem que o Policial Militar pretende passar na abordagem de uma ocorrência



Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

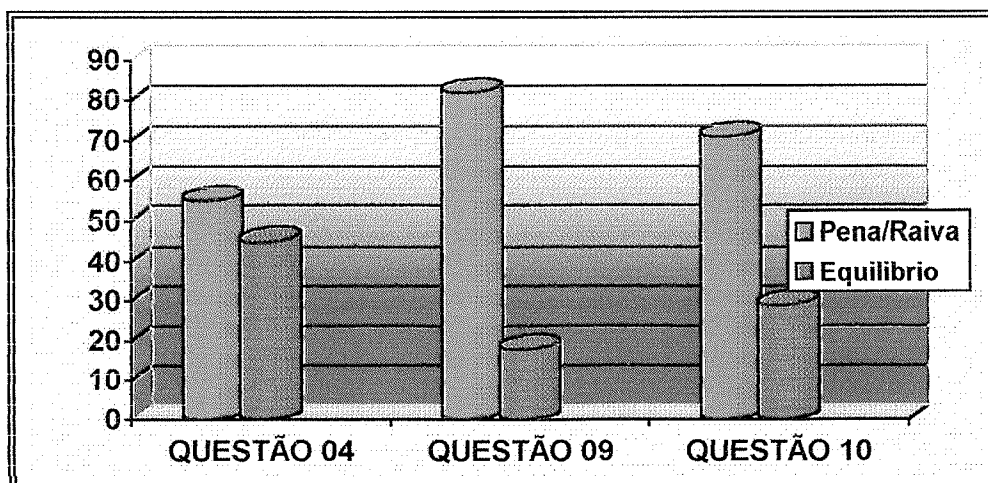
3.2- Considerações do Questionário das Reações Emocionais

Com o resultado obtido das respostas, observa-se que existe uma real intenção do Policial Militar em manter-se na postura de equilíbrio, perante as simulações desenvolvidas no questionário.

Este fato pode ser nitidamente comprovado se for observado que, em apenas duas questões, as de números 4, 09 e 10, a posição de passividade (alternativa “b”) é superada pela soma das alternativas “a” e “c”, representativas da inatividade e agressividade respectivamente, como pode se verificar na tabela abaixo.

Figura 28 - Tabela e Gráfico de demonstração da reação de inatividade e agressividade do Policial Militar, superando a posição de passividade – equilíbrio

Questão	Submissão - Pena - Inatividade	Passividade - Equilíbrio	Sobreposição - Raiva - Agressividade
4	9 %	45 %	46 %
9	6 %	18 %	76 %
10	61 %	29 %	10 %

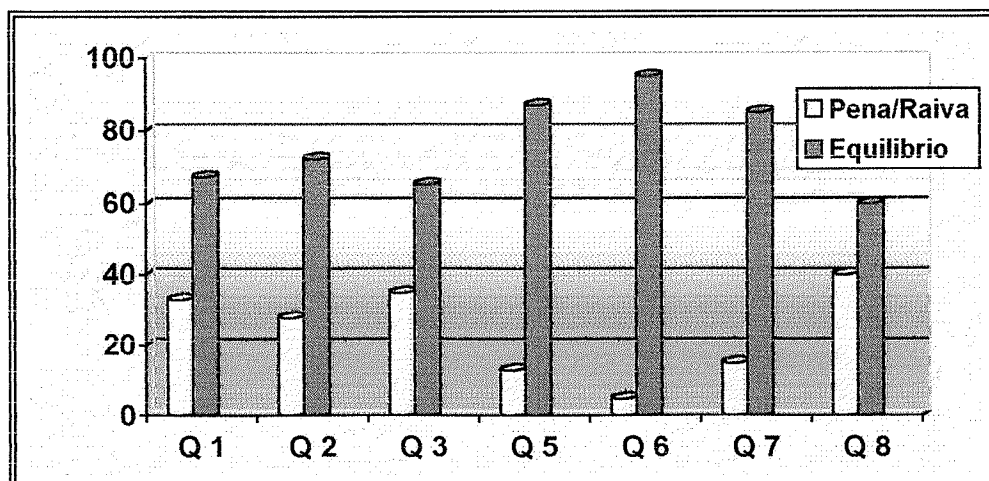


Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

Verifica-se também, que a nítida expressão de capacitação de equilíbrio, é, constatada em seis questões, as de número 1, 2, 3, 5, 6 e 7, nas quais a respostas com a alternativa “b” ficou mais evidenciada como fica demonstrado na tabela que segue:

Figura 29 - Tabela e Gráfico de demonstração da capacitação de equilíbrio do Policial Militar

Questão	Submissão - Pena-Inatividade	Passividade - Equilíbrio	Sobreposição - Raiva-Agressividade
1	18 %	67 %	15%
2	11 %	72 %	17 %
3	19 %	65 %	16 %
5	11 %	87 %	02 %
6	01 %	95 %	04 %
7	07 %	85 %	08 %
8	11 %	60 %	29%



Fonte: Dados de pesquisa CAO/2000

Então conclui-se que, a tendência das intenções do Policial Militar é manter-se em equilíbrio, como verificou-se na maioria das respostas, uma vez que, somente em três questões, a tendência ao equilíbrio foi superada e, que em seis delas o equilíbrio se ressaltou de forma clara.

Perante tal constatação, fica evidente, que a intenção do Policial Militar, é manter-se em equilíbrio, porém assiste-se na prática, casos de grande desequilíbrio, protagonizado pelos componentes da Corporação, mesmo se mostrando intencionalmente harmônicos. Tal resultado, reflete, com grande possibilidade de acerto, a idéia que falta ao Policial Militar, maior auto-conhecimento, para que este saiba com tal conhecimento de causa, manter um percentual significativo de suas intenções, no trato com a sua clientela, que é a comunidade.

CAPÍTULO V

PROPOSTAS DE REDUÇÃO E CONTROLE DA VIOLÊNCIA POLICIAL MILITAR

1- Controle da Violência

O controle da violência é um imperativo dos nossos dias, e as ações visando extirpá-la é da exclusiva responsabilidade do Estado, que existe com o objetivo de gerir as atividades e recursos da Nação para proporcionar o máximo bem-estar à comunidade.

Sua estrutura lhe permite atuar sobre o que se desenvolve no País, incluindo-se os problemas relativos à Segurança Pública, cuja solução será resultado de medidas preventivas e repressivas que garantam o cumprimento da lei e a convivência pacífica entre os cidadãos, segundo os padrões éticos e sociais.

O combate à violência deve englobar, prioritariamente, medidas preventivas direcionadas às causas dos problemas inibindo-as e reduzindo-as. Para isso, é mister o planejamento e a prática de política de desenvolvimento que se manifeste no sentido de elevação geral de qualidade.

Torna-se dever sagrado do Estado, melhorar a imagem da Polícia Militar, afastando os maus policiais e reorganizando o sistema de segurança pública.

2 – Redução da Violência Policial Militar

A violência como sabemos, é consequência de condições preexistentes, as quais por não terem sido ainda enfrentadas com determinação, trazem malefícios ao corpo policial militar e à comunidade, conforme já vimos anteriormente.

O momento exige atenção redobrada da parte de todos: governo, sociedade e da Polícia Militar, principalmente de seus Comandantes, no sentido de atuar e promover medidas que dificultem a ocorrência de fatos que maculam a Instituição e deixam perplexos seus integrantes.

Não é fácil apontarmos soluções imediatas, visto que estas dependem, em grande parte, da valorização do homem, o que pode ser conseguido com a estruturação do setor de recursos humanos e as consequentes medidas de ordem administrativa e funcional.

Por outro lado, medidas repressivas são indispensáveis para a contenção de comportamentos agressivos, em busca da perfeição, só assim florarão tempos bons de eficácia e eficiência no desempenho da função policial-militar e no cumprimento da sua destinação específica junto à Segurança Pública.

3 – Sugestões para Redução da Violência Policial Militar

Relacionamos sugestões que entendemos ser o ponto inicial para combater a violência policial-militar, fundamentando-as nos propósitos já explicitados neste trabalho:

1- Melhorar a formação e as condições de treinamento dos policiais militares;

2- Tratar o policial no âmbito interno, com dignidade, respeitando-o como ser humano, para que ele saiba retribuir a dignidade e o respeito ao cidadão.

3- Fomentar o lazer e o convívio social entre os policiais-militares; dar melhor atenção à família do policial-militar, para que ela se sinta valorizada e tenha orgulho de constituir parte do público interno;

4- Promover a distribuição justa e espontânea dos direitos do policial;

5- Observar e fazer cumprir a jornada de trabalho, em vista da relação serviço e folga;

6- Proporcionar melhoria salarial condigna para o sustento da família;

7- Melhorar o acompanhamento psicológico, social e religioso ao policial-militar;

8- Transparência nas informações ao público sobre os fatos ocorridos na Corporação;

9- Coibir o apadrinhamento de policiais infratores sob as vistas do falso corporativismo;

10- Promover melhor entrosamento dos órgãos de Segurança Pública; Policiais Militar e Civil, para o melhor desempenho de suas funções;

11- Tornar eficiente os serviços de fiscalização e rondas operacionais;

12- Tornar prática na Corporação o reconhecimento e a motivação pela eficiência profissional;

13- Complementar a informatização para que possa agir com mais rapidez e precisão;

14- Reparar, para oferecer melhores condições de trabalho e segurança;

15- Manter relacionamento franco e aberto com os órgãos de comunicação social, evitando o exarcebamento de ânimos, o sensacionalismo e a distorção dos fatos;

16- Popularizar a Corregedoria da Polícia Militar, para que o cidadão saiba que a Corporação não aceita comportamentos arbitrários, nem os encobre;

17- Incrementar os currículos de matérias de formação humanística, principalmente, a psicologia, sociologia e relações pública;

18- Melhorar a seleção e escolha de instrutores e monitores;

19- Articulação dos governos federal, estadual e municipal com as iniciativas comutárias, na tarefa de combate a violência de um modo geral, Polícia Militar, Urbana, Social, etc;

20- Remanejar sempre que possível, policiais de uma área para outra a fim de evitar acomodação e envolvimento desnecessário na comunidade;

21- Proporcionar ao policial-militar meios de desenvolver atividades em todas as áreas de ações PM, fugindo da rotina e do estresse.

22- Ampliar o serviço de assistência psicológica, levando-o, efetivamente, a todas as Unidade da Polícia Militar

CONCLUSÃO

Finalizando, afirmamos que existe a violência-policial militar, que é mostrada pela imprensa no dia-a-dia, com enfoques veementes e sensacionalistas. É fato que não podemos refutar, porque, no bojo deste trabalho citamos exemplos contundentes.

Esta violência considero desnecessária e inadequada por que vai de encontro aos ensinamentos técnicos e operacionais ministrados no período de formação e nos treinamentos posteriores.

Trata-se de uma violência criminosa:

- Criminosa porque, quando praticada no decorrer do exercício funcional, ultrapassa o uso da força proporcional, delimitada pelos dispositivos legais.

- Criminosa, porque, praticada sem atender à condição de dignidade que deve ter o policial para com o cidadão.

- Criminosa, porque, quando praticada fora do serviço e utilizando-se da condição de policial-militar, acoberta-se na farda e na condição autoridade, para violentar o direito daqueles que deveriam ser protegidos.

São graves estes comportamentos que podem se constituir em fatos de desestabilização e descrédito operacional, gerando consequências danosas para a sobrevivência da Instituição.

Por outro lado, as organizações policiais-militares não têm medido esforço para atingir todo ingrediente de violência na ação policial-militar, embora às vezes seja incompreendida ou ineficaz na prática de seus atos.

A violência-policial militar, como ficou mostrado, tem também suas influências na violência urbana que envolve grande parcela da comunidade, e que necessita urgentemente de providências por parte do poder público.

Há uma busca constante visando acertar no combate à violência-policial militar, num quadro incontestado e absurdo que vai de encontro à doutrina policial-militar, e que tem sido alvo das providências disciplinares ou penais, mas que não atinge o todo, ficando o foco em aberto e impune.

Para tanto, apresentamos propostas neste trabalho que, ao nosso ver, devem motivar os integrantes da Polícia Militar para pô-las em prática e controlar e diminuir a violência -policial.

É necessário também que haja um engajamento geral. Não só a Polícia Militar deve fazer a sua parte. O Estado e todos os segmentos da sociedade também têm responsabilidades, e só com o seu concurso o vírus da violência será erradicado do convívio social.

Mesmo sendo tão antiga quanto a história da humanidade, a violência não é condição normal e, por isso, deve ser tratada como algo a ser expurgada definitivamente do nosso convívio.

O comportamento do policial militar na comunidade deve ser pautado no exemplo, urbanidade e visto como modelo de conduta a fim de inspirar respeito e confiança.

A n e x o s

O POPULAR

PP. 30/04/97

Chapa é morto com tiro na barriga por sargento

O chapa Ananias Félix Dias, 50 anos, portador de deficiência mental, foi morto na tarde de segunda-feira com um tiro no abdômen desferido pelo sargento Anardino Donizetti Vieira, lotado no 9º Batalhão da PM e que comandava a viatura 1056 da Polícia Militar. O fato aconteceu por volta de 16 horas, dentro de uma casa situada na Rua Carolina, Jardim Guanabara I, quando a vítima, em umas de suas crises, ameaçava agredir com duas facas e um pedaço de pau moradores das proximidades e os policiais militares que tentavam detê-lo. Ele ainda foi levado com vida pelos policiais para o Hospital das Clínicas da UFG, onde morreu momentos após receber atendimento.

Na ocorrência registrada no 1º Distrito Policial, Centro, o sargento Anardino Vieira relatou que foi acionado através do Centro de Operações da Polícia Militar (Copol) para dirigir-se à Avenida Vera Cruz, nº 206, Jardim Guanabara I, com o objetivo de atender uma ocorrência de lesão corporal. De posse de uma tesoura e pedaços de pau, segundo informou o sargento, Ananias Félix havia ferido o borracheiro Valtinei Alves Maia. Ao chegar no local, o militar foi informado pelos moradores que o deficiente mental saiu andando pela Avenida Vera Cruz.

A viatura da PM saiu à procura do chapa e o encontrou dentro da residência de Alexandre Mattias Mariano, na Rua Carolina. Neste momento, segundo o sargento Anardino Vieira, o deficien-

te mental apoderou-se de duas facas e, ao ver a polícia, trancafiou-se em um cômodo. Em seu depoimento, o sargento contou ainda que tentou persuadir o agressor para que ele lhe entregasse as armas, mas não foi atendido. O militar então solicitou reforço e foi respaldado por três outras viaturas, todas do 9º BPM.

Revolta

Enquanto esteve trancado no cômodo, Ananias Félix ameaçou moradores e policiais, dizendo que só ia sair do local morto e que "levaria alguém com ele". Em seguida, saiu correndo do cômodo com uma faca na cintura, outra na mão direita e o pedaço de pau. O sargento Anardino foi em sua direção com o objetivo de contê-lo. Nesse instante, o soldado Dinópolis, que também ocupava a viatura 1056, desferiu um tiro no chão para amedrontar o deficiente mental. Ananias Félix não se intimidou e continuou caminhando rumo aos policiais. O sargento Anardino também desferiu outro tiro contra o chão, o que também não conteve o chapa.

Temendo ser atingido pelo deficiente mental, o sargento desferiu um tiro que acertou-lhe o abdômen. A morte do chapa revoltou os familiares. Indignada, a mulher dele, a faxineira Maria Donizeth Dias, 40 anos, enfatizou que a polícia não precisava chegar ao cúmulo de matá-lo. "Os policiais do Jardim Guanabara sabiam que ele tinha deficiência mental e deveriam contornar situações como esta", assinalou.

Adolescente é espancado e humilhado por policiais

PM obriga menor a engolir brincos

Ocorrência foi registrada no 7º Distrito Policial pelo pai da vítima. Comando abre inquérito para apurar o abuso de autoridade

Que seria uma descontraída comemoração de aniversário acabou transformando-se em momentos de tortura e humilhação na vida do estudante Bruno Pires Vieira, 15 anos. Na noite de quinta-feira, quando festejava o aniversário na companhia de cerca de 20 colegas, na porta do Colégio Carlos Alberto de Deus, na Cidade Jardim, ele foi espancado por policiais militares do 7º BPM e forçado a engolir os três brincos que, como vários adolescentes, usava na orelha.

A seqüência de insultos, espancamentos e abuso de autoridade por parte dos militares aconteceu por volta de 21 horas, quando o estudante acabara de chegar no colégio. Seus colegas de turma aguardavam por ele no portão da escola

munidos de ovos e farinha de trigo. Quando avistaram o rapaz, deram início à brincadeira, jogando na direção dele os "apetrechos" que tinham em mãos. A comemoração foi interrompida minutos depois, com a chegada de três viaturas do 7º BPM, duas delas identificadas com os números 982 e 578.

Tão logo viram a "folia" na porta do colégio, os militares determinaram que o grupo de adolescentes se dispersasse. Um dos policiais, moreno escuro e de estatura média, começou a dar chutes e murros no aniversariante causando-lhe hematomas na cabeça, perna direita e região lombar.

Justiça

Depois, obrigou-o a tirar os três brincos que usava. Revoltado, o estudante jogou as bijouterias no chão. O militar, então, fez com que ele pegasse os brincos em meio à terra e os engolissem. Em seguida, deu tapas no rosto do adolescente e ameaçou amarrá-lo na viatura e arrastá-lo no asfalto.

As atitudes dos policiais mili-

tares foram testemunhadas por vários colegas de Bruno Viana, entre eles os também estudantes Wesley Guimarães Ordanes, Rogério Brasil de Deus e Silva e Flávio Alex Moreira. A vítima, humilhada, relatou o fato ao pai, o advogado Zildevan Pires Oliveira, tão logo chegou em casa. Indignado com o episódio, o advogado registrou ocorrência no 7º Distrito Policial, Jardim América, clamando por justiça.

Os crimes e delitos cometidos por policiais militares são investigados e julgados pela própria PM. A delegada titular do 7º DP, Conceição Gayer, no entanto, afirmou ontem que irá pedir autorização ao Ministério Público para enviar o caso ao Comando Geral da Polícia Militar somente depois de ouvir a vítima e as testemunhas. "Considero o abuso de autoridade como algo de extrema gravidade", assinalou. Após o registro da ocorrência, a vítima foi encaminhada para o Instituto Médico-Legal para a realização de exames que comprovam as lesões.

EMISSÃO

04/108/9

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

|||||

01 MAR 1997

O POPULAR



24/057

DP

Militar mata comerciante com um tiro nas costas após briga

ROSANA MELO

De Nerópolis

Album de familia

O comerciante Gilmar Faleiros Salgado, 32 anos, foi assassinado com um tiro nas costas disparado pelo soldado da Polícia Militar, identificado apenas como Eudes, às 4 horas de ontem no Bar Sem Nome, na Rua Agenor Caldas, Centro. De acordo com o amigo da vítima, Robson Bernard Santos, que testemunhou o crime com mais cinco pessoas aproximadamente, o soldado estava à paisana, armado e embriagado.

Robson Santos contou ao delegado João Filisbino Rosa Filho que Gilmar e o soldado Eudes começaram a se desentender há alguns meses por causa do som potente do carro da vítima, um Chevette. "O soldado sempre implicava com Gilmar por causa do som alto no carro, mandando que ele abaixasse o volume", relatou. Ontem, pouco antes do crime, Gilmar envolveu-se em um acidente de trânsito quando seu carro chocou-se frontalmente com um Fusca. O comerciante, segundo o amigo, acionou a Polícia Militar, que esteve no local e fez a perícia.

Cerca de quinze minutos depois do acidente, quando já se encontrava no Bar Sem Nome com quatro amigos, Gilmar foi procurado pelo soldado Eudes. O militar estava embriagado, armado e sem farda e perguntava como é que o proprietário do Fusca ia fi-

pelo policial que acabou o empurrando e dando um tapa em seu rosto. O comerciante reagiu à agressão, desferindo um empurrão no militar.

"Quando o soldado ainda estava caindo, sacou o revólver. O Gilmar correu em direção ao carro dele para fugir, quando foi atingido nas costas com o único disparo efetuado pelo policial. Em seguida, Eudes fugiu a pé levando a arma", explicou Robson. O comerciante foi socorrido pelos amigos até o Hospital Sagrado Coração de Jesus, mas morreu cerca de vinte minutos depois vítima de hemorragia torácica. A bala entrou pelas costas na altura do tórax, perfurou o pulmão direito e alojou-se no omoplata.

O corpo do comerciante foi velado ontem durante todo o dia e será sepultado hoje quando o irmão dele chegar dos Estados Unidos. O crime causou grande comoção na população da cidade que prepara para a hora do enterro uma manifestação contra a violência policial. O delegado João Filisbino Rosa Filho, que instaurou ontem mesmo o inquérito do assassinato do comerciante, informou que há três meses o soldado PM Eudes foi acusado de outro homicídio no município. O caso foi encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar, em Goiânia, e à Justiça comum mas até o momento, conforme disse, nenhuma providência foi tomada.

O comerciante Gilmar Faleiros não resistiu aos ferimentos

car. A vítima explicou que já tinha acertado tudo com o dono do carro, mas o soldado ficou irritado com a explicação e começou a xingar o comerciante.

Ligação

De acordo com as testemunhas, Gilmar falava o tempo todo para o policial militar que não queria discussão e diante das agressões verbais resolveu ir ao posto telefônico próximo para acionar a PM pelo 190. Ao retornar ao Bar Sem Nome, Gilmar continuou a ser ofendido

PP 30/01/98

Protesto marca enterro de menor assassinado por PM

Corregedoria da Polícia Militar vai ouvir, na segunda-feira, o soldado reconhecido por uma testemunha como o autor do disparo

O enterro do menor Walterson Cândido Pires, executado na madrugada da última quarta-feira, foi marcado por um clima de revolta. Cerca de 30 meninos de rua que perambulam pelo Lago das Rosas e Praça Tamandaré compareceram ao sepultamento com o objetivo de pedir justiça pela execução do colega. "Quem será o próximo?", perguntavam.

Amedrontados com a atitude do policial militar acusado de assassinar Walterson, muitas crianças e adolescentes manifestaram, com cartazes e faixas, a preocupação de serem mortos, a exemplo do amigo. "Temos medo de acabar como ele. Não queremos que a polícia vá até as praças para nos matar friamente", disseram. Muitas assistentes sociais também estiveram no enterro de Walterson, além de alguns internos da Casa Girassol, uma organização não-governamental de Goiânia que abrigou o menor.

Depoimento

O fazendeiro Francisco Antônio de Almeida Moura Pacheco, proprietário da residência onde Walterson foi assassinado, presta depoimento às 9 horas de hoje ao delegado Álvaro Cássio dos Santos, adjunto do 1º Distrito Policial (Centro). Na última quarta-feira, o menino de rua D., amigo de Nem - como era conhecido Walterson -, declarou ao delegado Álvaro Cássio que encontrou a vítima já baleada e sentada em meio às folhagens do jardim da casa onde foi morta. "Por volta

das 4 horas fui avisado por alguns colegas que Nem tinha sido assassinado por um policial. Quando cheguei ao local, ele já estava morto com um tiro no meio da testa", contou.

De acordo com D., o autor do crime voltou à residência minutos depois do disparo, juntamente com outros militares, na viatura prefixo 1067. Segundo ele, o policial acusado deixou o local depois que alguns meninos de rua começaram a acusá-lo de ter atirado contra Walterson. "O PM então colocou seu revólver em outro carro e saiu de

pressa da casa", afirmou D.

Sindicância

Segundo informou o capitão da PM Roberlino Rodrigues de Souza, responsável pela sindicância que apura o responsável pelo assassinato de Walterson, o soldado Cleber Rosa de Oliveira, apontado como o autor do crime, e o cabo Jiovane Marculino dos Santos, motorista da viatura, serão ouvidos pela Corregedoria Policial Militar na próxima segunda-feira, às 8 horas, no 1º BPM.

O delegado Álvaro Cássio disse

que um ofício foi enviado ontem ao comandante-geral da Polícia Militar solicitando os nomes dos policiais que ocupavam a viatura juntamente com o soldado Cleber Rosa de Oliveira. "Quero ouvir todos os envolvidos no fato", assinalou. A assistente social Lucinete de Oliveira afirmou que A., testemunha do assassinato, está em um abrigo de menores de Goiânia. O menor confirmou ontem à juíza Carmecy Rosa Maria Alves de Oliveira, da 1ª Vara Criminal, as declarações prestadas ao delegado Álvaro Cássio na última quarta-feira.

PP-01/02/28
 Estudante que fazia arruaça dentro de ônibus acaba espancado e morto

Militar executa garoto com disparo na cabeça

Caso está sendo investigado pelo 5º Distrito Policial, que tenta identificar o PM Familiares da vítima protestam e clamam por justiça

O estudante Leandro Valentin dos Santos, 14 anos, foi executado com um tiro de revólver calibre 38 na cabeça depois de ser espancado por um policial militar, ainda não identificado, dentro do ônibus da Rápido Araguana que faz a linha 526 (Terminal Cruzeiro do Sul-Bairro Hilda), às 23 horas de quinta-feira, em Aparecida de Goiânia. De acordo com testemunhas, o menor estava acompanhado de alguns colegas que agrediam verbalmen-

te, com palavrões, o motorista e os próprios passageiros.

Nas proximidades da esquina da Rua Doutor Fumia e Rua Hideo Nogueira, na Vila Mariana, o motorista parou o coletivo e o policial militar, que estava entre os passageiros, pediu que os menores saíssem do veículo. As testemunhas disseram que alguns colegas de Leandro desceram do ônibus e que o estudante passou a discutir com o policial militar. "Foram aproximadamente dez minutos de discussão que culminaram em uma luta corporal onde o menor foi espancado e depois baleado na cabeça", afirmou uma testemunha, que preferiu não se identificar.

Essa testemunha disse que o militar mora na região e que saiu do local após baixar o menor na

cabeça. O corpo do estudante foi removido para o necrotério do Instituto Médico-Legal (IML) no início da madrugada de ontem e reconhecido pelo pai, o motorista Jonas Valentim Araújo, 38, no final da manhã de ontem. "Como um policial militar espanca e executa um adolescente dentro de um ônibus e foge impunemente? Isso é um absurdo", disse, indignado.

Sanduíche

A mãe do estudante, a copeira Maria Lúcia dos Santos, 34, disse que o filho saiu da casa, na Rua H-73, na Cidade Vera Cruz II, por volta das 20 horas de quinta-feira para comer um sanduíche em um pit-dog que fica em frente à casa dela. "Sempre quando ele voltava do pit-dog, batia na porta para que eu a desfrancasse. Como ele

estava demorando a voltar, peguei no sono e acordei somente de madrugada bastante assustada. Somente na manhã de hoje me contaram o que ocorreu", afirmou.

Ela disse que o filho se encontrou com os colegas no pit-dog e os acompanhou até o Terminal do Setor Cruzeiro do Sul, onde compraram cigarros e, ao retornarem no último ônibus, ocorreu a confusão que culminou no assassinato. Maria Lúcia denunciou ontem o crime cometido pelo militar e pediu às testemunhas que a ajudem a identificar o assassino, uma vez que na ocorrência registrada no 2º Distrito Policial (Vila Brasília), consta que o autor é desconhecido. "Não quero que isso fique impune pelo fato de o meu filho ter sido morto por um PM", protestou.

Juíza teme que, solto, soldado pressione testemunhas a depor a seu favor

Decretada prisão de PM acusado de matar professor

Também está sendo investigada conduta de cinco militares que facilitaram fuga de Wanderley do Prado Silva minutos após crime

A juíza da 2ª Vara Criminal de Goiânia, Juraci Costa, decretou a prisão preventiva do soldado da Polícia Militar (PM) Wanderley do Prado Silva acusado de ter assassinado o professor de educação física Marcelo Santbord Fontenelle no último dia 11 de julho, no Vila Copos Bar situado na Vila Pedrosa. A denúncia

contra o PM foi oferecida na semana passada pela promotora Vanusa de Araújo Lopes.

Ao justificar a decretação da prisão do soldado, a juíza salientou que a medida é fundamental para impedir que Wanderley se utilize de sua condição de PM para pressionar testemunhas do homicídio a relatar o episódio de forma a lhe favorecer. "O acusado, pago pelos clubes públicos para proteger e defender a sociedade, tirou a vida da vítima por motivo banal em um bar onde ingeria bebida alcoólica e portava arma de fogo sem estar a serviço", avaliou a magistrada.

De acordo com o relato de testemunhas, Marcelo Fontenelle foi

morto a tiros pelo soldado, que teria ficado irritado com um comentário do professor de educação física sobre o jogo da seleção brasileira que, naquele dia, havia perdido a Copa do Mundo para a França. Segundo os depoimentos, Marcelo apenas disse ao PM, que estava com uma camiseta da seleção brasileira, que "ela não tinha ajudado o Brasil a conquistar o pentacampeonato mundial". Indignado, o PM deu um tapa no rosto de Marcelo que, ao tentar reagir, foi baleado na perna e no abdome, morrendo na madrugada do dia seguinte no Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Goiás (UFGA).

No final do mês passado, o pro-

motor Tito Souza do Amaral, do Centro de Controle Externo da Atividade Policial, requisitou a instauração de inquérito policial militar para apurar a conduta de cinco policiais que, de acordo com algumas testemunhas, chegaram ao Vila Copos Bar pouco depois do assassinato de Marcelo e ao tomarem conhecimento de que o autor do crime era um PM, facilitaram sua fuga, empunhando fuzis na direção do povo e dizendo para Wanderley entrar no carro e fugir. Segundo o promotor, se esses acusados forem verdadeiros, os PMs deverão ser inculcados por crime de preparação (omitindo-se a dar voz de prisão) e de facilitação de fuga.

O POPULAR

Vítima denuncia PMs por tortura

PP

Eletricista diz que apanhou de policiais

01
10
98

01 OUT 1998

Jurandir Correia da Silva fez a denúncia no 5º Distrito Policial e acusou o PM Ivan Domingos de ter comandado a sessão de espancamento

O eletricista Jurandir Correia da Silva, 37 anos, residente na quadra 53, lote 12, área 4 do Bairro da Vitória, foi preso em flagrante na noite de terça-feira acusado de porte ilegal de arma. Ele denunciou que o flagrante foi forjado pelo policial militar Ivan Domingos da Silva, que na companhia de outros militares o espancou, provocando-lhe lesões. Jurandir foi encaminhado ao Instituto Médico-Legal e submetido a exame de corpo de delito. Ele apresenta marcas de coturnos em várias partes do corpo.

A prisão em flagrante do eletricista ocorreu por volta das 22h30, na residência dele. Jurandir Correia foi obrigado pelos militares a contar o local onde estava guardado o revólver calibre 38. A arma foi apreendida cerca de um quilômetro de distância do local da prisão, na residência de uma tia dele. O revólver é registrado em nome do eletricista e estava desmuniado. Os militares apreenderam quatro cartuchos intactos, que estavam guardados numa embalagem plástica, fora do tambor do revólver.

Desentendimento

O desentendimento entre Jurandir e o policial Ivan Domingos da Silva ocorreu na tarde de domingo, num orelhão do Bairro da Vitória. O eletricista chegou próximo ao aparelho no momento em que o policial falava ao telefone. O militar mandou ele se afastar do local alegando que estava numa "conversa particular". Indignado com o fato, o eletricista respondeu que o telefone era público e que não sairia do local. Os dois discutiram e Ivan afirmou que era policial. Jurandir retrucou argumentando que, por ser policial, ele deveria agir corretamente.

A discussão terminou e os dois foram embora. Na noite de terça-feira, por volta das 22h30, uma pessoa chegou próximo à casa de Jurandir e o chamou pelo nome. Jurandir respondeu ao chamado e avistou quatro policiais, todos sem fardas, inclusive Ivan. O militar insultou o eletricista dizendo que a abordagem era para ele ver que "não é bom criar caso com policial".

No trajeto para o 5º Distrito Policial (Campinas), conforme denúncia do eletricista, os policiais desviaram a rota e entraram num local escuro, no qual passaram a espancá-lo com murros, chutes e golpes de cassetetes. O delegado plantonista Antônio Quintino dos Santos, que presidiu o flagrante, encaminhou Jurandir para exame no IML e arbitrou fiança no valor de R\$ 49,75. O militar Ivan Domingos da Silva não foi encontrado para falar sobre a denúncia.

Sargento mata braçal que discutia com o vizinho

Familiares, amigos e vizinhos da vítima estão indignados com o caso. Eles afirmam que motivo fútil ocasionou a tragédia e exigem a prisão do PM

O trabalhador braçal Sidney de Jesus Pereira, 18 anos, foi assassinado com dois tiros, por volta das 18 horas de sexta-feira, depois de uma discussão, na Rua Mangá, no Jardim Novo Mundo. O autor do homicídio é o sargento da Polícia Militar, Janivaldo Severino Borges, 25, vizinho da vítima, que foi encaminhada para o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), mas não resistiu aos ferimentos e morreu algumas horas depois.

A mãe dele, Maria Helena de Jesus, 53, os vizinhos e amigos do braçal estavam muito revoltados com o crime. Ela disse que espera que seja feita justiça e o sargento possa ser punido pelo assassinato do filho porque matou-o sem qualquer motivo, já que interfeiriu em uma discussão de Sidney com outra pessoa. "Se tivesse acontecido de outra forma e o meu filho

matasse o policial, minha casa estaria cheia de militares e ele seria preso no mesmo instante", afirmou. De acordo com amigos da vítima, que estavam no veículo, o policial militar é muito conhecido no bairro e já teria agredido outras pessoas, e nesse caso, não teve motivos para atrair no braçal.

Versões diferentes

Maria Helena contou que Sidney estava em um bar nas proximidades da residência dele, saiu do local e quando estava subindo a Rua Mangá, encontrou-se com um vizinho do poli-

cial militar e os dois começaram a discutir. Ao ver a discussão, o sargento, que estava à paisana, apareceu para interferir no bate-boca, agrediu Sidney com um tapa, mas quando o braçal tentou reagir foi ferido com dois tiros.

O policial militar apresentou outra versão para o crime e contou em seu depoimento registrado no posto policial do hospital que estava em casa quando ouviu a discussão entre Sidney e um vizinho dele e tentou intervir para terminar com o bate-boca. Segundo ele, o braçal não atendeu ao pedido dele para aca-

bar com a briga e o agrediu.

Em seguida, Janivaldo solicitou reforços e segundo ele, ao retornar na companhia do soldado Elias, do 9º BPM, para prender Sidney, o braçal agrediu o novamente, momento em que atirou na perna do rapaz, que continuou na direção dele, que efetuou mais um disparo acertando na barriga da vítima. Assim mesmo, ressaltou o sargento, o braçal entrou em luta corporal com ele, que teve escoriações na perna e na mão direita. Logo depois, o sargento decidiu levá-lo para o hospital, onde registrou ocorrência.

3 1 JAN 1999

POPULAR

03 de agosto de 1.999

Pedida prisão de PMs que executaram jovens

O delegado Carlos Fernandes de Araújo, adjunto da Delegacia Estadual de Homicídios (DEH), pediu ontem à tarde a prisão temporária do cabo Denner Rubens de Souza Freltas, 26 anos, e do soldado Arlindo José dos Reis, 28, ambos lotados no 13º Batalhão da Polícia Militar. Os dois foram acusados pelo aluno-soldado Waldemar Rodrigues Júnior, 22, de ter executado a tiros o braçal Ronaldo Ferreira Lopes, 21, e o estudante Divanildo da Cunha Silva, 19, em uma mata no Jardim Primavera, na noite do último sábado. Os corpos das vítimas foram encontrados no início da tarde de domingo.

O aluno-soldado disse que está concluindo o curso de formação de praças da PM e foi designado, no domingo, para prestar serviço junto ao 13º BPM, em sua primeira missão numa ronda com carro policial, no qual o comando pertencia ao cabo Denner e era formada também pelo soldado Arlindo. Waldemar contou que, por volta das 21h30 de sábado, a equipe foi designada para atender a uma ocorrência. Ao passar pela avenida principal do Jardim Novo Planalto, o soldado Arlindo afinou ter reconhecido um rapaz que, há algum tempo, havia baleado um policial militar.

Por determinação do cabo Denner, segundo declarou, ele e o soldado desceram do carro e fizeram buscas em todas as pessoas que estavam no Pit-Dog Lanche, na Rua VM-4B, no Jardim Novo Planalto, nada encontrando com os frequentadores. Apesar disso, por determinação do

comandante da operação, Ronaldo foi algemado e colocado no porta-malas do Gol da PM. Divanildo, que havia jogado fumaça de cigarro no rosto do cabo Denner, também foi levado.

Matagal

De acordo com o aluno-soldado, os dois rapazes foram levados para o posto policial militar que fica no Jardim Liberdade, onde Ronaldo foi interrogado pelo cabo e pelo soldado, enquanto ele ficou junto a Divanildo. Pouco tempo depois, os dois foram colocados de novo no carro e levados para um matagal. O carro parou perto de uma trilha, os rapazes foram tirados e levados para o interior da mata e executados. Waldemar disse que o soldado Arlindo Reis usava uma carabina calibre 22 e efetuou cerca de quatro disparos, passando a arma para o cabo Denner, que efetuou mais tiros contra as vítimas.

Depois da execução, eles determinaram que o aluno-soldado limpasse a área para que ninguém suspeitasse que um carro havia ido até aquele local. Na volta para a área de patrulhamento da RP-1350, o cabo Denner entrou em contato com o Comando de Policiamento Metropolitano (Comom) e afirmou que não havia nenhuma ocorrência na área, omitindo a prisão arbitrária dos dois rapazes, efetuada horas antes no pit-dog. Várias testemunhas denunciaram o caso para o pai de Ronaldo, José Lopes da Luz, que, ainda no domingo, denunciou o sumiço do filho e do colega dele à Corregedoria Policial Militar.



PMs Arlindo e Denner fazem pose na Delegacia de Homicídios



Ronaldo: tira na cabeça



Divanildo: passado limpo

Denúncia de tortura

O trabalhador braçal Ronaldo Ferreira Lopes, 21 anos, executado na noite de sábado com tiros na cabeça junto com o estudante Divanildo da Cunha Silva, 19, foi torturado nas dependências da Delegacia Estadual de Furtos e Roubos de Veículos Automotores com choques elétricos e socos que resultaram em lesões no pescoço e nos olhos. A denúncia foi feita na manhã de ontem pela família do braçal, que escondeu o fato temendo que ele pudesse ser morto pela polícia. A vítima teria sido torturada para que confessasse a autoria do assalto a um motel na estrada de Trindade, no qual um policial militar foi baleado.

A mãe de Ronaldinho — como o jovem era conhecido no Setor Novo Planalto, onde morava com os pais — Bárbara Ferreira Lopes, disse que a prisão e a tortura ocorreram

há cerca de 20 dias, quando ele foi baleado na perna no mesmo pit-dog da Rua C-4, Setor Novo Planalto, onde foi abordado, preso e algemado por volta das 22 horas de sábado junto com Divanildo pelos três ocupantes de um veículo da Polícia Militar. A família denunciou ainda que Ronaldo, que era albergado, vinha sendo extorquido por militares que atuam na região da Vila Mutirão.

A execução dos dois jovens provocou revolta e indignação nos moradores do Setor Novo Planalto, onde os dois residiam. As residências das duas vítimas, locais dos velórios, receberam centenas de pessoas. Os familiares dos mortos clamaram por justiça e pediram ao governador Marconi Perillo e ao secretário da Segurança Pública, Demóstenes Torres, medidas para conter a violência policial.

Mentira sobre libertação

Assim que Ronaldo e Divanildo foram levados, a dona do pit-dog foi à casa dos pais de Ronaldinho avisá-los sobre a prisão. Imediatamente, o pai do rapaz, José Lopes da Luz, foi ao quartel do 13º Batalhão, no Jardim Liberdade, onde recebeu a informação de um tenente plantonista que os dois jovens haviam sido libertados. A notícia foi dada, segundo Bárbara, de-

pois que o oficial conversou pelo rádio com os responsáveis pelas prisões.

Diante dessa notícia, segundo Bárbara, José Lopes da Luz retornou para casa e ficou esperando o filho telefonar para buscá-lo, onde ele estivesse, pois saiu de casa sem dinheiro. A espera angustiante continuou até a tarde de domingo, quando os corpos foram encontrados.

Suspeitos identificados

Paralelo ao Inquérito instaurado pelo delegado Carlos Fernandes de Araújo, na DEH, a Polícia Militar também abriu um procedimento disciplinar contra o cabo Denner e o soldado Arlindo Reis. De acordo com o subcomandante da PM, coronel Eurípedes Barsanulfo Lima, que também é o corregedor Policial Militar, assim que o caso foi denunciado, o plantão da corregedoria e o serviço de in-

teligência da PM começaram a trabalhar na identificação do veículo usado na abordagem às vítimas. Ao constatar que se tratava da RP-1350, do 13º BPM, os ocupantes foram identificados e recolhidos.

Durante todo o tempo, o soldado e o cabo disseram que, após constatar que os dois detidos não portavam armas ou drogas, deixaram-nos nas proximidades do pit-dog onde haviam efetuado a abordagem.

Vítima tinha ficha limpa

Divanildo da Cunha nunca teve passagem pela polícia nem por simples briga. "Ele morreu por estar no lugar errado e na hora errada", disse uma tia do rapaz. O pai do estudante, Divino Antônio da Silva, informou que, antes de ser executado com tiros na cabeça, Divanildo foi torturado pelos assassinos,

pois havia marcas de queimaduras com pontas de cigarro nos dois braços.

Desolado, o pai de Divanildo disse que vai lutar até o fim de seus dias para poder estar frente a frente com os assassinos e saber deles qual o motivo que os levaram a executar uma pessoa tão jovem.

Anexo 10

O POPULAR

14 de julho de 2.000

14/07/00

14/07/00

O POPULAR

Polícia mata Rambinho

Bandido mais procurado pela polícia goiana morre em confronto na Vila Matilde; comparsa está preso

A carreira criminoso do bandido mais procurado pela polícia de Goiás terminou por volta das 10h30 de ontem na Vila Matilde, zona leste de Goiânia. Wender Rocha Mendanha, 24 anos, que celebrizou-se no mundo do crime com o apelido de Rambinho, tombou morto durante troca de tiros com policiais civis e militares. Ele foi alvejado duas vezes, uma no tórax e outra na cabeça. O comparsa dele, Murilo Ribeiro da Silva, 18, saiu ferido, mas sobreviveu ao confronto.

A morte de Rambinho era a crônica de uma morte anunciada. Ele costumava trombetear pelo Jardim Novo Mundo que jamais seria preso novamente e que reagiria à bala a qualquer abordagem policial. Wender Mendanha mandou vários recados à polícia dizendo que “não iria sozinho para o inferno”. Não cumpriu a promessa. Nenhum policial que atuou na operação de caça aos dois bandidos saiu ferido.

De acordo com o que relatou a polícia, um informante anônimo ligou quase ao mesmo tempo para as Delegacias Estadual de Furtos e Roubos de Veículos Automotores, Delegacia de Tóxicos e para a Polícia Militar dando conta de que Wender e Murilo estavam escondidos em um barraco na Rua 5, lote 7, Vila Matilde. Poderia ser apenas uma das dezenas de denúncias que semanalmente chegam à polícia. “Decidimos checar, como fazemos com todas as informações que nos chegam”, disse o delegado José Correia Barbosa, titular da Furtos e Roubos.

Reação e morte

Os policiais civis e militares – cerca de 50 – chegaram quase simultaneamente. Uma equipe aproximou-se do barracão e anunciou que era a polícia, pedindo que os dois se rendessem. Rambinho e o comparsa correram um para cada lado. Depois de saltar muros de três residências, Murilo deu de frente com quatro policiais da Furtos e Roubos. O bandido atirou na direção dos agentes e tentou fugir novamente, foi baleado na perna esquerda e na orelha direita e dominado.

Como o quarteirão estava cercado, Wender Mendanha fez o percurso de volta ao notar a presença da polícia, mas acabou saltando em um quintal onde estavam três policiais militares e dois civis. O bandido também reagiu à abordagem, porém, não teve a mesma sorte do comparsa e foi baleado duas vezes.

A polícia ainda o encaminhou ao Hospital de Urgências de Goiânia, onde já chegou morto. Murilo foi medicado e conduzido à Delegacia de Furtos e Roubos para ser autuado em flagrante por resistência à prisão e porte ilegal de arma pelo delegado José Ernestiano Corrêa, que cumpriu também vários mandados de prisão contra o assaltante.

A presença da polícia e o intenso tiroteio deixaram apavorada a população da Vila Matilde, um pequeno bairro situado entre o Rio Meia Ponte e a Vila Pedroso. Os moradores abandonaram suas casas assustados e, na pressa em sair da linha de tiro, muitos deixaram panelas ao fogo e geladeiras abertas.

O gesto de um agente da Delegacia de Homicídios simbolizou o que representava a notícia da morte de Rambinho. Ele retirou do mural um cartaz com a foto do bandido e a expressão “procura-se” e resumiu o pensamento de toda a polícia: “Pelo menos deste nós estamos livres”.

Subcorregedor PM

FLS. 16

PM mata assaltantes de banco durante confronto

Quadrilha é perseguida pela polícia após roubar posto do BEG; dois morrem e dois saem feridos

MARIA JOSÉ SILVA

A Rua Tambaqui, no Parque Amazônia, transformou-se em campo de guerra no início da tarde de ontem. Dois assaltantes morreram e dois foram feridos à bala durante troca de tiros com policiais militares. O confronto ocorreu por volta das 13h30, momentos depois de os bandidos, armados de revólveres calibre 38, pistolas 7,65 e de uma metralhadora 9 milímetros, terem assaltado o posto de atendimento bancário do Banco do Estado de Goiás (BEG) situado na Avenida Alvorada, no Conjunto Cruzeiro do Sul, em Aparecida de Goiânia. Os ladrões baleados foram levados para o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), onde até a noite permaneciam internados, escoltados por policiais.

Logo depois do confronto, a polícia identificou todos os envolvidos no crime: Foram mortos o foragido do Centro Penitenciário (antigo Cepaigo) Alexandre Justino de Faria, 23 anos, conhecido como Canção, e Arthur Teixeira Campos, 29, procedente do Tocantins. Sofreram ferimentos Marcelo Coka Silva, 29, indiciado por tráfico, homicídio e roubo, também foragido do Centro Penitenciário, e Márcio Rocha Prates, 21, envolvido em assalto.

Roubo de carro

Ação dos bandidos teve início por volta do meio-dia. Dois dos quatro assaltantes abordaram Elaine Thomé, mulher do médico Darlan Rassi, na Rua T-13, em frente ao Colégio Visão, no momento em que ela, ao volante do Astra preto KCP-4795, de Goiânia, aguardava o filho sair da escola. Os ladrões determinaram que ela passasse para o banco traseiro do veículo e seguiram até um matagal nas imediações da fábrica de Bolachas Mabel, em Aparecida de Goiânia. Eles toma-

ram o celular e os óculos da vítima, abandonaram-na no local e fugiram no Astra.

Com o veículo tomado no assalto, os quatro assaltantes dirigiram-se para o posto do BEG do Conjunto Cruzeiro do Sul. Eles invadiram o estabelecimento, tomaram a arma do vigilante, dominaram as cerca de 20 pessoas que estavam no local, entre clientes e funcionários, e levaram toda a quantia guardada nos caixas. Conforme estatísticas do Grupo Antiassalto a Bancos (GAB) da Delegacia Estadual de Investigações Criminais (Deic), este foi o roubo a banco de número 48 ocorrido neste ano em Goiás.

Os bandidos entraram rapidamente no Astra e seguiram até o Jardim Maria Inês, também em Aparecida de Goiânia, onde abandonaram o veículo roubado e entraram no Chevette prata KBZ-3769, de Goiânia, cadastrado em nome de Paulo César de Oliveira Ferreira. Alguns metros adiante, o sargento Marcos Aurélio da Silva e o soldado Marcos Carrizo, ocupantes do veículo policial 1213 do 8º Batalhão da PM, depararam-se com os bandidos e passaram a segui-los por vários bairros de Aparecida de Goiânia e da capital.

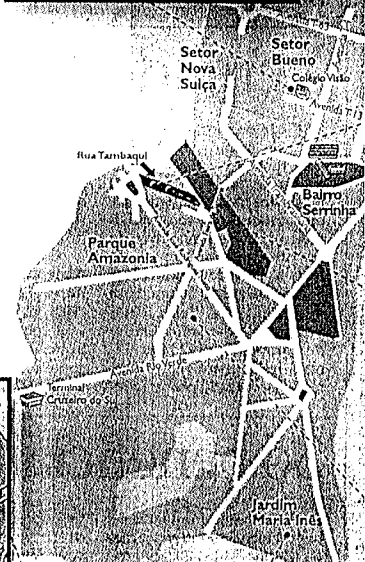


Dois bandidos abordam uma mulher na porta do Colégio Visão, no Setor Bueno, e roubam um Astra

A rota do crime



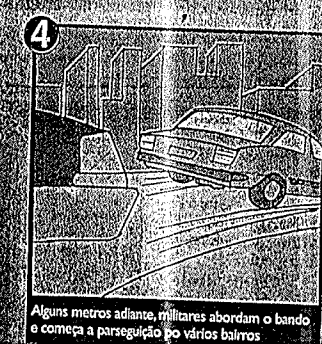
Polícia corça a casa na Rua Tambaqui. Em mais uma troca de tiros, os três ladrões são baleados e um deles morre. Os feridos são levados para o Hugo



Os bandidos batem o carro no Parque Amazônia; correm a pé e trocam tiros com a PM. Um é morto



O bando usa o carro roubado no assalto ao posto do BEG do Conjunto Cruzeiro do Sul, em Aparecida de Goiânia



Alguns metros adiante, militares abordam o bando e começa a perseguição por vários bairros

ANEXO 12

ESTADO DE GOIÁS POLÍCIA MILITAR ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR

QUESTIONÁRIO PARA PÚBLICO EXTERNO

Bairro onde mora: _____

Grau de escolaridade: _____

1. Você já foi vítima de violência policial militar nesta Capital?

a) () Sim

b) () Não

2. Você tem algum parente que já sofreu agressão por parte de algum policial militar?

a) () Sim

b) () Não

3. Em caso de ter sido vítima de violência policial, você denunciou o fato;

a) () Na Corregedoria de Polícia Militar

b) () Na Imprensa

c) () Não denunciou por medo do Policial Militar

4. No seu entendimento, o policial militar na cidade de Goiânia:

a) () Comete muita violência

b) () Quase não comete violência

5. Você considera o policial militar desta Capital:

a) () Um bom profissional

b) () Um profissional que precisa melhorar muito

c) () Um profissional que corresponde à comunidade que serve.

6. Você algum dia já precisou do auxílio ou ajuda por parte da Polícia Militar:

a) () Sim, Foi bem atendido

b) () Sim, foi mal atendido.

c) () Nunca precisou da PM.

7. Qual o motivo da PM as vezes agir com violência?

a) () Porque está mal preparado para profissão

b) () Porque acha que está acima da lei (Super homem)

c) () Porque está lhe dando diariamente com a violência.

1. No atendimento a uma ocorrência qual o sentimento que desperta a vítima?
 - a) () Se penaliza pelo problema da vítima.
 - b) () Fica indiferente ao problema da vítima.
 - c) () Se indigna com o problema da vítima.

 2. No atendimento de uma ocorrência qual o sentimento que lhe desperta o agressor?
 - a) () Se penalizam pelo castigo que o agressor vai enfrentar.
 - b) () Não se importa com a situação do agressor.
 - c) () Se sente no dever de castigar o agressor.

 3. Em uma ocorrência onde houve troca de tiro e o Policial Militar alvejou o meliante de modo letal, ocorre que:
 - a) () Sentem por tirar-lhe a vida
 - b) () Entendem que fizeram o melhor possível
 - c) () Entendem que cumpriram seu objetivo.

 4. O que você entende por bem sucedido no atendimento de uma ocorrência?
 - a) () Não tomar a iniciativa dependendo da dificuldade.
 - b) () Fazer o melhor independente do resultado.
 - c) () Ter uma resposta positiva mesmo que para isto tenha que usar força

 5. Qual o sentimento que lhe desperta quando bem sucedido no atendimento de uma ocorrência?
 - a) () Nenhum sentimento pois faz parte da rotina
 - b) () Satisfação por Ter cumprido a obrigação
 - c) () Fica eufórico pelo sucesso obtido

 6. No atendimento de uma ocorrência grave que atitude espera do seu parceiro?
 - a) () Valentia tomando a dianteira na situação
 - b) () Estimulação à participação conjunta
 - c) () Expectativa esperando a sua ação.

 7. No atendimento de uma ocorrência grave que atitude espera de seu superior imediato?
 - a) () Que assuma totalmente a ocorrência.
 - b) () Que lhe apoie orientando dentro das necessidades
 - c) () Que observe o desenrolar dos fatos sem interferência, orientando depois.

 8. O que acha da punição quando mal interpretado na solução de uma ocorrência?
 - a) () Aceita pois faz parte do sistema.
 - b) () Utiliza de seus direitos para fazer valer a sua solução
 - c) () Revolta-se por entender que deveria ser melhor compreendido

 9. O que você acha do elogio quando bem sucedido no atendimento de uma ocorrência?
 - a) () Não é necessário
 - b) () Se ocorre é um fato natural
 - c) () Incentivo a acertar sempre

 10. Na abordagem de uma ocorrência, qual a imagem que você pretende passar como Policial Militar?
 - a) () Boa
 - b) () Flexível
 - c) () Dura
-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ADESG. Urbanização e Violência. Belo Horizonte, 1981.

ALMEIDA, Klinger Sobreira de. Violência policial, o problema suas causas e soluções. **Palestra aos oficiais do comando do policiamento da capital**, Belo Horizonte, 1984.

_____. Mensagens profissionais. **Palestra sobre problemas da atividade policial militar**, Belo Horizonte, 1987.

_____. Polícia: a nobreza da missão e seus paradoxos. **Revista o Alferes**, Belo Horizonte, n. 11, Imprensa Oficial., 1986.

ARANHA, Roberto. **Manual de policiamento ostensivo, comentado e atualizado segundo a Constituição Federal de 1978**. Salvador : Editora. Garamond, 1993.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ASSIS, Jorge Cesar de. **Justiça Militar Estadual**. Curitiba: Editora. Juruá, 1º ed., 1992.

BARRETO, João de Deus Menna. **Violência e criminalidade: proposta de solução**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

BATISTA NEVES, Iedo. **Vocabulário prático de terminologia jurídica e de brocados latinos**. Belo Horizonte: Editora APM, 1983.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

• BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05-10-88, Brasília, Saraiva, 1988.

CAETANO, M. **Princípios fundamentais do direito administrativo**. Rio de Janeiro: 1ª ed., v.1, p. 335.

CHIAVENATO, Júlio José. **O massacre da natureza**. São Paulo: Moderna, 1989.

CLINOY, Eloi. **Sociedade: introdução à sociedade**. São Paulo: Forense, 1967.

COSTA, Álvaro MayrncK. **Crime Militar**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1978.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Manual de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. **Lições de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Editora José Bushatsky, p. 229.

CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA. Relatório dos grupos de trabalho de juristas e cientista Sociais. Ministério da Justiça, Brasília, 1980.

FERNANDES, Eloísa Rodrigues. **Política e segurança**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1973.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário aurélio escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1º ed., 1978.

FROMM, Erich. **Ter ou ser**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1977.

LUCIO, K. A origem da violência, **Ciência Penal**, Rio de Janeiro, Forense, v. 1, p. 59 – 64.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 15º ed., Atualizada pela Constituição Federal de 1988, 1990.

Polícia de manutenção da ordem pública e suas atribuições, “in” direito administrativo da ordem pública. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

Montalvão, A. **Psicologia aplicada ao comportamento; relações públicas e humanas, tensão emocional**. São Paulo: Editora Santo Amaro, v.1, p.15- 75.

NEIVA JR., Eduardo. **Um inferno de espelhos**. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1992.

NETO, Diogo de Figueiredo M. Revisão Doutrinária dos Conceito de Ordem Pública e Segurança Pública. Brasília, Senado Federal (Separata da Revista de Informação Legislativa), 1988.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. A Polícia Militar e as demais instâncias de controle social. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, a. 6, n. 21, 1988.

OLIVEN, Rubem George. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª ed. 1983.

PENA, G. P. M. Sensacionalismo e violência. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 8, p. 51 – 91, 1986.

QUEIROZ, Edson Franklin de. **Violência policial, enfoque crítico**. Salvador: 1980.

ROSA, F. A. de Miranda. **Patologia social**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.
